



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS  
 AUTORIZADO A RECEBER O INVOICAMENTO ECHADO DE PLÁSTICO DE REGISTRO FISCAL. NÃO PODE ABIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL.  
 TAXA PAGA PORTUGAL  
 CONTRATO 377668

# Basta!

A Avenida da Liberdade foi insuficiente para acolher a indignação e o protesto que se viveu no passado dia 19 de Março, em Lisboa. *Contra o desemprego, a vida cara e as injustiças – mudança de políticas*, foi o lema que mobilizou muitos milhares de trabalhadores, do sector privado e da Administração Pública, a que se juntaram jovens e aposentados, nesta impressionante jornada nacional convocada pela CGTP-IN. *Basta!* – foi a principal mensagem desta gigantesca manifestação, em que os professores e educadores, uma semana depois de terem enchido o Campo Pequeno, marcaram presença saliente, reforçando a exigência de mudança de políticas.



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3  
 1070-128 LISBOA

# JEF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira  
 Mensal | nº 250 | Março '11 | 0,50 Euros



Centenário do Dia Internacional da Mulher (Coleccionável 6)



## Marcha Nacional pela Educação

2 de Abril | Lisboa | Marquês de Pombal | 14h30



Subscreve o Manifesto em:  
[www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt)





## FENPROF lança Abaixo-Assinado Em que exige o pagamento da contratação pelo índice 167

A FENPROF tem a circular nas escolas um Abaixo-Assinado que visa colher um forte apoio ao cumprimento de uma determinação do próprio Governo: pagar aos professores contratados pelo índice 167, findo que está o prazo de transição imposto por Maria de Lurdes Rodrigues.

Refere o texto a ser subscrito por milhares de professores que a anterior ministra "afirmou ser sua intenção promover uma significativa valorização salarial dos professores em início de carreira. Porém, logo impôs um expediente – um regime transitório – que manteve a entrada na carreira ancorada ao índice 151, permanecendo afinal o mesmo baixo salário de ingresso que até aí vigorava e, por arrasto, os baixos vencimentos verificados na contratação." A FENPROF lembra então, que "aquele regime transitório cessou no final de 2010, pelo que o ingresso passou para o índice 167." Porém, para que a justiça e a lei sejam repostas é necessário que todos os docentes contratados vejam o seu salário actualizado, tendo como referência base o índice 167. | LL ●



### O tom do protesto e da contestação

Os professores voltaram à rua; os trabalhadores portugueses, convocados pela sua central sindical, ocuparam Lisboa; milhares de portugueses protestaram nas capitais de distrito e mostraram indignação pelo rumo que o país está a tomar; a Escola Pública vai manifestar-se dia 2; o 25 de Abril e o 1.º de Maio serão momentos fortes de exigência de mudanças. Esta é a resposta mais adequada aos "péques" com que nos agridem. ●



### PS, PSD e CDS

A instabilidade tomou conta das escolas e a precariedade atinge, com violência, os profissionais docentes. Seria, por isso, muito importante que a Assembleia da República tivesse aprovado os projectos de lei que previam a realização de concurso extraordinário em 2011 e a vinculação de docentes com muitos anos de serviço. Contudo, PS, PSD e CDS, unidos contra o interesse da Escola Pública e os direitos dos professores, não o permitiram. ●



### 04 Em foco

A antecâmara do PEC 5 PEC 6 e PEC 7 só em 2011

António Nabarrete

### DOSSIER

EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

05 Valorizar e defender a escola pública

Nélio de Sousa

06 ...com uma avaliação justa e exequível Esta não!

Luís Lobo

06 ...Defendendo horários de trabalho justos: uma magna questão para as escolas

João Louceiro

07 Escola Pública Inclusiva

Um avanço civilizacional em risco

Manuel Rodrigues

07 ...Defendendo o emprego

E agora o que é que espera os docentes contratados?

Júlia Vale

08 A grave crise da Educação em Portugal: Quatro (4) dimensões do problema

09 Os 43 milhões de euros (de que fala a Ministra) são professores a pôr na rua... ...mas serão estes que estão a mais?

10 Entrevista a José Calçada, Presidente do Sindicato dos Inspectores de Educação e Ensino (SIEE)

José Paulo Oliveira

12 Universidade do Minho: FENPROF e SPN combatem tentativa de transformação numa fundação de direito

### 16 Destaque

Correcção dos exames nacionais: mais um foco de perturbação para os docentes

Anabela Delgada

### 17 Em foco

Discussão na AR da Petição por concursos em 2011

João Louceiro

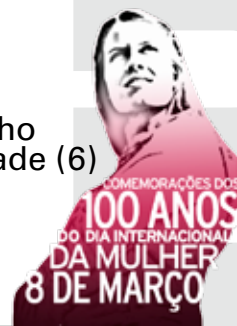
### 22 Acção reivindicativa

Campo Pequeno: jornada histórica de A a Z

José Paulo Oliveira

### Coleccionável

100 anos de caminho e lutas pela igualdade (6)



**Este tempo em que são fortes as estocadas desferidas contra a Escola Pública e se avista no horizonte o esvoaçar de alguns abutres prontos a lançarem-se sobre ela, este falar a uma voz da comunidade educativa ganha ainda maior importância. Dia 2 de Abril é essa voz que iremos elevar.**



## A escola em marcha para defender o futuro

Governar implica sempre a necessidade de tomar opções, mas é em tempo de crise ou, como diz o povo, de vacas magras, que essas se tornam ainda mais importantes e não podem deixar de ser feitas. Não havendo dinheiro para tudo e para satisfazer todos, os governos, em momentos como o actual, são obrigados a mostrar quais são, afinal, as suas principais preocupações: se satisfazer clientelas e, nesse caso, governar para o presente sem ter em conta o futuro; ou se preparar o futuro exigindo-se, então, que no presente se corte no que é inútil, no que é despesismo, no que são mordomias de alguns e se invista nas pessoas, ou seja, no social, não só para evitar rupturas, mas, essencialmente, para criar coesão.

É dos livros (decerto dos que Sócrates não lê) que nenhuma nação conseguiu superar os seus problemas e construir um futuro melhor para o seu povo sem ter investido na Educação. Por essa razão, o tempo que vivemos deve preocupar-nos ainda mais por se perceber que não está a ser pensado o futuro. Deixa-se apenas que corra e, irresponsavelmente, espera-se que aconteça.

Assim se explica o completo desinvestimento do actual governo na Educação, na Escola Pública, na qualidade educativa e no ensino. Isso tornou-se visível, desde logo, quando se percebeu o pouco peso político da equipa ministerial: dois técnicos para as áreas que o governo considerou prioritárias (avaliação e rede escolar) e uma figura pública para esconder fragilidades; confirmou-se quando o orçamento para a Educação foi elaborado pelas Finanças e estas decidiram cortar mais de oitocentos milhões de euros em 2011; dissiparam-se eventuais dúvidas quando Isabel Alçada passou a referir-se às medidas tomadas para a Educação, não em função da sua importância e do seu impacto pedagógico, mas pela dimensão da poupança/gasto.

Consequências de tais medidas: hoje, como nunca, os profissionais da Educação vivem numa permanente instabilidade, vêem deteriorar-se as condições em que trabalham nas escolas, sentem a actividade docente a ser desvalorizada no plano sócio-profissional (através, sobretudo, de sucessivos ataques ao seu estatuto de carreira) e pressentem tempos ainda mais negros com o desemprego a tomar-lhes conta da vida; aos estudantes deixaram de ser oferecidos apoios que seriam indispensáveis para um melhor desempenho escolar e a perda de qualidade das respostas educativas corresponde sempre a um pedaço de futuro que lhes é roubado; às famílias retiram-se apoios sociais que eram fundamentais para que os percursos escolares dos seus filhos não desaguassem nas marés de insucesso e abandono que ainda inundam a escola portuguesa.

Infelizmente há outras, mas estas são razões de peso para que docentes, trabalhadores não docentes das escolas (assistentes operacionais, trabalhadores administrativos, psicólogos e outros), estudantes, pais e encarregados de educação, inspectores e muitos outros trabalhadores e cidadãos que defendem serviços públicos de qualidade, designadamente a Escola Pública, se tivessem juntado para promoverem a Marcha pela Educação de qualidade e em defesa da Escola Pública. Melhor do que ninguém, estes sabem que a Escola Pública, amputada de alguns dos seus principais alicerces, dificilmente cumprirá a missão que lhe está atribuída e isso é mau para o futuro.

Neste tempo em que são fortes as estocadas desferidas contra a Escola Pública e se avista no horizonte o esvoaçar de alguns abutres prontos a lançarem-se sobre ela, este falar a uma voz da comunidade educativa ganha ainda maior importância. Dia 2 de Abril é essa voz que iremos elevar. ●

**MÁRIO NOGUEIRA**  
(Secretário-Geral da FENPROF)



ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redacção e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 31 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198  
E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Director: Mário Nogueira | Chefe de Redacção: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redacção: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redacção: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 62.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | Edição, Distribuição e Publicidade: EDITPROF - Publicações, LDA | NIPC: 509434720 | Capital Social: 5.000,00 euros | Registo: Conservatória do Registo Comercial -R.N.P.C. Lisboa | Sede: R. Fialho de Almeida, n.º 3 - 1070 Lisboa. O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



... PEC 4 (mais cortes nas prestações sociais, na saúde e na educação)

## A antecâmara do PEC 5 PEC 6 e PEC 7 só em 2011

ANTÓNIO NABARRETE (Membro do SN da FENPROF)

As medidas “adicionais” previstas no chamado PEC 4, que foram enunciadas numa carta (redigida em inglês e sem direito a versão em português) enviada ao Presidente da Comissão Europeia, e ao Presidente do Banco Central Europeu, destinam-se, no entender do governo, a responder à inevitável quebra da procura neste ano de 2011 e têm em vista “garantir o cumprimento dos objectivos fiscais do orçamento”. Trocando por miúdos: a irresponsável previsão de crescimento de 0,2 % do PIB (quando já estamos em recessão profunda!), inserta no Orçamento para 2011, ameaça irremediavelmente o cumprimento das metas nele definidas pelo que o governo pretende ir buscar o que falta às prestações sociais, à saúde, à educação e ao desinvestimento. Quer

com isso garantir mais 0,8% do PIB (que está cada vez mais reduzido!), numa manobra que mais uma vez descola da realidade: todas as projecções para 2011 calculam que a quebra do PIB irá ficar acima de 1%.

Mas há mais! O governo aproveitou a oportunidade e tornou claro que irá tomar medidas que compensem a continuação da recessão em 2012 e 2013 imagine-se onde: nas prestações sociais (em especial nas pensões!), na saúde, na educação e... no IVA (o mais regressivo dos impostos)!

Infelizmente ainda há mais! O compromisso do Governo para este ano de 2011 tem ainda outra componente: a garantia, perante Bruxelas, de que cada publicação da execução orçamental trimestral será seguida de um novo PEC caso os objectivos de redução do

défice estejam em risco, o que só um milagre impedirá! Sem falar do enorme PEC que será o Orçamento para 2012, em Abril/Maio poderemos ter o PEC 5, em Julho/Agosto o PEC 6 e em Outubro/Novembro o PEC 7!

Este tipo de políticas conduz o país a um beco sem saída e os seus trabalhadores a um inexorável empobrecimento. Mas convém não esquecer que o programa do PSD inclui, para além destas, medidas como o despedimento de funcionários públicos e privatização acelerada da saúde e educação.

O caminho, para evitar o que se antevê como um verdadeiro colapso civilizacional, passa pela luta sem tréguas dos trabalhadores portugueses, com a participação empenhada dos professores e educadores, no sentido da reversão destas políticas. ●

### Prossegue a greve às horas extraordinárias Adesão garante a afirmação da luta pelo direito a horários justos

Prossegue a Greve às Horas Extraordinárias, até final do ano lectivo. Como é do conhecimento geral, o Governo mantém as mesmas medidas muito negativas no cálculo do valor da hora extraordinária dos docentes, estabelecendo como regra que o valor da hora será atribuído em função das 35 horas e não do correspondente horário lectivo.

Esta greve, convocada, para além da FENPROF, por mais oito organizações sindicais de docentes, estabelece como motivos principais da sua realização:

- A exigência do cumprimento do estabelecido no Estatuto da Carreira Docente quanto ao cálculo da hora extraordinária com base no horário lectivo;
- O facto de esse horário ser, conforme o nível de ensino, de 22 ou 25 horas e não 35 horas, como está a ser imposto pelo ME;
- O facto de a remuneração extraordinária ainda agravar mais a taxa de redução dos salários aplicada por via do aprovado no Orçamento de Estado.

A luta por um horário de trabalho justo, contra a sua sobrecarga e em defesa da sua especificidade profissional, vertida no ECD (apesar de subvertida na última revisão) é fundamental para salvaguarda de adequadas condições de exercício da profissão. | LL ●

**greve**  
ao serviço docente extraordinário  
de 1 de Março até final do ano lectivo

- Contra a desvalorização do valor da hora lectiva extraordinária
- Contra a "imposição de voluntários" no trabalho individual
- Pelo direito ao pagamento do serviço extraordinário

Não podemos aceitar esta imposição. Para obter direito a outro valor pelo serviço extraordinário basta ao cidadão lutar para fazer cumprir a disposição "base de cálculo remuneracional" que a legislação não reduziu, antes disso de lutar e de lutar de forma organizada.



### DOSSIER: EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Aprendizagem é condição para a cidadania e estruturante na educação integral

## Valorizar e defender a escola pública

NÉLIO DE SOUSA (Direcção do SPM)

Há um alargado consenso teórico em redor de conceitos como a cidadania, educação integral ou inclusão, mas esquecemo-nos que, para a escola poder fazer bem, não pode fazer tudo. E muito menos fazê-lo sozinha.

Ganha cada vez maior preponderância o consenso prático de que é preciso delimitar as missões da escola e (re)centrar o seu trabalho naquilo que a instituição sabe fazer melhor: a aprendizagem. Numa sociedade em que a informação e o conhecimento (saber conhecer e aprender) são fundamentais.

A prioridade ao conhecimento e à aprendizagem não tem de se incompatibilizar com a educação integral, a cidadania ou a inclusão, que não podem ficar só a cargo da escola. Esta deve ser complementar em certas áreas.

Sabemos que a escola é um local de encontro, relação e comunicação privilegiado de crianças e jovens, mas há um conjunto de instituições que podem e devem assumir as suas responsabilidades próprias no âmbito do saber estar, saber ser e saber conviver, nomeadamente na área da cultura, do desporto, da arte, da saúde, do desenvolvimento pessoal, da ciência e da cidadania, dimensões fundamentais da educação.

Centrar-se na aprendizagem nem tão pouco implica orientá-la apenas para servir os interesses de determinados sistemas produtivos, isto é, centrado no fazer e no produzir.

A cidadania, a inclusão, a educação integral e a resposta à diversidade não podem colidir com a necessidade de a escola, no momento actual, centrar-se na aprendizagem. Como fundamenta António Nóvoa, a «primeira condição da cidadania é a aprendizagem» (“Professores, Imagens do Futuro Presente”: 2009). Diríamos que também é primeira condição da inclusão e elemento estruturante da educação integral.

Uma escola que não assegure essa verdadeira aprendizagem de qualidade não é cidadã, inclusiva nem dá o contributo que melhor sabe para a educação integral. Se o aluno não aprende, se não adquire instrumen-

tos básicos de conhecimento e cultura (sem menosprezar o desenvolvimento pessoal e a socialização) será um excluído da igualdade de oportunidades, da cidadania, da vida (real). Por mais que se utilizem os chavões da inclusão, da emancipação, da libertação, da mobilidade social, da cidadania e do desenvolvimento integral da pessoa.

A escola não deve ser um limbo de criação de ilusões a uma parte dos seus alunos, como se lhes bastasse o acolhimento social (inclusão apenas pela presença física dentro dos muros da escola). Sem as ferramentas básicas de conhecimento e cultura, a cidadania, a inclusão e a educação integral não têm condições para ser praticadas pelos estudantes, no dia-a-dia, e ficam-se pelos discursos e boas intenções.

Caso contrário, acentuar-se-á em Portugal o sistema educativo dual, isto é, a escola a duas velocidades – a escola que se centra no acolhimento social para os pobres e a escola centrada na aprendizagem e no conhecimento para os ricos. Devemos, sim, centrar a escola pública no essencial da sua tarefa e exigir as condições para o fazer com qualidade. A sociedade portuguesa, por seu lado, terá de assumir a Educação como a prioridade nacional. ●



## ...com uma avaliação justa e exequível Esta não!

LUÍS LOBO (Membro do SN da FENPROF)

O controlo dos professores sobre a sua profissão, a definição das regras que definam as condições com que essa profissão se auto-regula são instrumentos fundamentais para valorizar o exercício profissional da docência e, por essa via, conferir à escola pública mais uma das formas de se desenvolver.

É, pois, com profissionais cada vez mais autónomos pedagógica e cientificamente que a escola pública mais se valoriza. E isto é tão verdade que a estratégia dos governos de José Sócrates passou por denegrir a imagem dos professores, exercer grande pressão sobre a sua profissão, tornando-a mais competitiva e selectiva, mas também, ao mesmo tempo, por estabelecer um clima de competitividade, conflitualidade e

desconfiança que servisse três objectivos: dividir os professores, colocar a comunidade educativa contra os docentes e desvalorizar a profissão.

O governo, contudo, após ter concordado (em Janeiro de 2010) que o seu modelo de avaliação do desempenho seria monitorizado, avaliado e ajustado em função da experiência da sua aplicação, não só acabou por impor soluções que se revelaram inexecutáveis, burocráticas e sem quaisquer efeitos ao nível das práticas, como continua a navegar muitas vezes à vista sem capacidade de prever os problemas que não param de crescer.

Estas conflitualidade e muitas vezes incompatibilidade entre docentes avaliadores e avaliados tem levado a que algumas das posições públicas de professores sugiram o fim da avaliação inter-pares e que algumas fiquem por esta formulação esquecendo o problema das quotas da progressão na carreira.

Estamos convictos que a supressão das quotas não é suficiente.

Estamos certos que uma avaliação do desempenho justa e exequível, formativa e cooperante, influenciaria positivamente a acção docente. Não podemos, porém, deixar de afirmar que seria da conjugação destes dois factores que a escola pública poderia ganhar com a avaliação do desempenho dos professores e educadores. E, para tal, resta-nos prosseguir a luta defendendo esta solução. ●



## ...Defendendo horários de trabalho justos

# Uma magna questão para as escolas

JOÃO LOUCEIRO (Membro do SN da FENPROF)

O horário semanal é uma condição de trabalho determinante. Horários desadequados têm inevitáveis consequências negativas na qualidade da resposta educativa. A sobrecarga é adversária da qualidade do trabalho produzido, individual e colectivamente, e é inimiga do legítimo direito à compatibilização da vida profissional e pessoal do trabalhador.

O tempo é um bem de primeiríssima importância mas o combate é velho: quanto mais tarefas e responsabilidades se atribuírem a uns, quanto mais tempo da vida de alguns for mobilizado... menos se notará a falta de outros. Pelo menos se a qualidade já não for

nem expectativa nem critério. Resta a fantasia de a obter por pressão, por perseguição, por submissão...

Lurdes Rodrigues não inventou o ataque mas acelerou-o e intensificou-o, começando pelas substituições. Foi fabricando normas; teve o voluntarioso auxílio de grande parte das direcções das escolas mas contou, também, com uma insuficiente reacção dos professores.

A actual equipa do ME apenas obedece às Finanças. Carregou sobre o horário nocturno. Quer fazer cair o limite mínimo para o trabalho individual, extremando a rebaldaria na utilização do tempo do professor. O dogma bronco da austeridade anima a ambição de remeter toda a dimensão individual do trabalho docente para fora do horário semanal legal, afectando ainda mais a vida pessoal e familiar do professor. É este conceito que já é versado nas regras para o pagamento das horas extraordinárias, contra as quais decorre uma greve de que tanto volta a depender quanto ao futuro dos horários de trabalho. Se falhássemos poderíamos deixar instalar a ideia de que o trabalho individual é uma espécie de *hobby* a que os professores ficam obrigados.

O que se passa com os horários dos pro-

fessores decorre daquela velhíssima ganância conhecida por exploração. O Governo exercita a experimentada cartilha até onde puder.

A luta por horários de trabalho adequados ao desempenho da profissão e a uma saudável conjugação dos tempos de trabalho com os tempos de vida pessoal foi e, como se vê, vai continuar a ser um eixo vital nas lutas dos trabalhadores. Quem explora sempre tem procurado forçar por ali margens de lucro, factores de produção, redução de despesas...

De que valem lancinantes queixumes acerca da sobrecarga que rebenta com os professores, um a um? O Governo e quem lhe arfa obediências sabem ao que andam. E nós também temos obrigação de o saber. Lutarmos com todas as armas ao nosso alcance é a atitude inteligente e necessária. Se o não fizermos, continuaremos a facultar facilidades para que o tempo de cada ainda mais espremido. A qualidade será um dito de propaganda, enquanto o Governo engendra medidas de austeridade e o ME destrói as escolas com a sua aplicação. E a vida de cada um será cada vez pior. É a magna questão dos horários de trabalho. ●

## Escola Pública Inclusiva Um avanço civilizacional em risco

MANUEL RODRIGUES (Membro do SN da FENPROF)

A escola pública portuguesa nem sempre foi inclusiva. O princípio da inclusão foi adoptado pelo nosso Sistema Educativo, após a aprovação pela UNESCO da "Declaração de Salamanca" (1994), subscrita pelo Estado Português, que definiu as bases políticas, os princípios e os objectivos de uma Educação Inclusiva. Partindo do pressuposto de que a Educação Inclusiva é benéfica para todos os alunos (com ou sem necessidades educativas especiais) ela assenta no princípio de que a escola deve responder à diversidade das necessidades educativas de todos os alunos (independente da sua origem, condição ou mesmo (in)capacidades), preparando-os para viver e trabalhar numa sociedade plural.

Para isso, tornam-se necessárias mudanças e investimentos na escola pública: Recursos e legislação de apoio à inclusão; currículos inclusivos; edifícios e transportes adaptados; professores em número adequado e com formação (inicial, contínua e especializada); turmas reduzidas; equipas

multidisciplinares (que incluam técnicos de diferentes áreas); assistentes operacionais em número adequado e com formação "em posto de trabalho"; apoio em horas e verbas para o desenvolvimento de projectos específicos, etc, etc..

Apesar de ser subscritor da "Declaração de Salamanca", o Estado Português, verdadeiramente, nunca honrou a plenitude dos compromissos assumidos. Mas, o anterior Governo, ao aprovar legislação anti-inclusiva – o Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro – e ao implementar um amplo conjunto de transformações do sistema educativo (que o actual governo continua e aprofunda), numa espiral de retrocesso que bem podia ser chamado de "contra-reforma do sistema educativo", assumiu a ruptura com a Escola Inclusiva, fazendo da exclusão regra e da inclusão excepção: Afastou das medidas de apoio da Educação Especial mais de vinte mil alunos com nee; reduziu o número de professores na Educação Especial e desinvestiu na sua formação; reduziu o número de assistentes



operacionais; tornou os currículos menos inclusivos; criou mega-agrupamentos onde os ambientes, por natureza mais desumanos, são também menos inclusivos, etc. etc.

Com estas políticas a escola pública está em risco. Igualmente em risco está a escola inclusiva e com ela o avanço civilizacional que a Educação Inclusiva trouxe ao nosso Sistema Educativo. ●

## ...Defendendo o emprego

# E agora o que é que espera os docentes contratados?

JÚLIA VALE (Membro do SN da FENPROF)

Infelizmente não é novidade. Os anos vão passando e a situação de precariedade e de desemprego dos docentes tem-se agravado significativamente. Diariamente, educadores e professores contratados vão sentindo a angústia de se ser apenas mais um na longa lista que o ME/Governo se prepara para passar pelo triturador de papel que tem no seu gabinete, minimizando assim o seu problema financeiro e maximizando os problemas da escola pública.

O desemprego está iminente e é necessário (re)agir. O poder político assume opções políticas de restrição e **todos**, docentes contratados ou do quadro, temos que assumir posições públicas de contestação.

A FENPROF e os seus sindicatos têm promovido plenários especificamente dirigidos **A ti!** Tem procurado encontrar espaços que vão ao **teu** encontro e de encontro às **tuas** necessidades. Tem procurado encon-

trar espaços onde a **tua** voz se faça ouvir! A escola pública precisa de ti. A escola pública não sobreviverá sem ti! **Mas a luta também precisa de ti!** Precisa que venhas contestar o desemprego.

Precisa que venhas reflectir, que venhas fazer propostas de acção. Precisa que digas **presente!** Quando a FENPROF e os seus sindicatos promovem iniciativas para contestar as medidas do ME/Governo relativamente à não vinculação dos docentes com 3 anos de serviço, aos horários, às ofertas de escola, à inclusão da nota de avaliação de desempenho na graduação profissional, aos mega-agrupamentos de escolas, à exigência

de indemnização por caducidade do contrato e tantas outras.

O Governo não fica à espera que **tu** te pronuncies. Mas **tu** também não podes ficar à espera que te entreguem, numa bandeja de prata, o desemprego ou maior precariedade. **A luta precisa de ti! Mas tu também precisas de vir à luta!** ●





## A grave crise da Educação em Portugal: Quatro (4) dimensões do problema

### FENPROF concretiza ciclo de acções de denúncia, protesto e exigência

Integrado no plano de acções aprovado pelo Secretariado Nacional da FENPROF, está a decorrer, entre 22 e 31 de Março, um ciclo de iniciativas de denúncia e protesto contra a política educativa do actual governo que não só desvaloriza a situação sócio-profissional dos docentes e as condições em que exercem a profissão como gera constrangimentos crescentes à capacidade de organização e funcionamento das escolas. Os temas destas iniciativas prendem-se com a situação sócio-profissional dos docentes e as consequências de mudanças muito negativas que têm vindo a ser impostas, pelo governo, ao sistema educativo, e que se reflectem:

- No agravamento das condições de acesso e sucesso, devido a um evidente desinvestimento no sistema, não só ao nível do financiamento, como da rede e dos recursos;
- Na alteração profunda das condições de organização e funcionamento das escolas, decorrente de medidas que são absolutamente cegas no que respeita às suas consequências, e se orientam, apenas, por imperativos economicistas;
- Na destruição de bases essenciais para um adequado exercício da profissão docente, através do aumento da precariedade, da desvalorização material e social da profissão docente, da supressão de postos de trabalho, mas igualmente pela alteração das condições de trabalho nas escolas, o que tem levado milhares de docentes a abandonarem precocemente a profissão, muitos passando à situação de aposentados com cortes relevantes no seu rendimento.

Este elevado mal-estar que grassa entre professores e educadores tem raízes, ainda, em outros importantes aspectos que são relevantes na acção de um governo que tem degradado e destruído serviços públicos e, assim, alienado respostas que se enquadram nas designadas funções sociais do Estado, muitas vezes com o argumento de estar a proceder a uma pretensa reestruturação da Administração Pública.

Na Educação, as evidências destas políticas sentem-se em diversos domínios, mas há quatro que os professores sentem de forma particularmente grave, a saber:

- Situação sócio-profissional: precariedade (crescente), concursos (suspensos), ingresso (impedido) na profissão e na carreira, carreira (congelada), salário (reduzido) e aposentação (agravada)...
- Rede escolar – mega-agrupamentos e



encerramentos - associada aos problemas da gestão escolar;

- Avaliação de desempenho dos professores: injusta, burocrática, discriminatória, geradora de problemas e conflitos, perturbadora do funcionamento das escolas;
- Horários (pedagogicamente absurdos)

Estas são apenas quatro (4) dimensões de um problema que tornam evidente o **grande problema** que hoje vive a Educação. As políticas educativas que se arrastam e agravam de governo para governo têm levado a que seja cada vez mais forte a crise neste sector que deveria ser estratégico para o

desenvolvimento do país.

Este ciclo de acções vem decorrendo na Avenida 5 de Outubro (frente ao Ministério da Educação) nos dias 22, 24, 29 e 31 de Março, sempre entre as 11h00 e as 15h00.

No local e em cada um dos dias será feita a divulgação de dados, colocados painéis que ilustrarão as situações relatadas e suas consequências e, sobre alguns dos temas, desenvolvidas rábulas alusivas às situações em causa, tendo sido, até, construído um castelo de cartas cujas figuras são os responsáveis maiores por políticas tão negativas para os portugueses e para o país. ●

### Como trataram (cada um dos Sindicatos da FENPROF no continente) estas quatro dimensões do problema da Educação?

**22 de Março de 2011 – a situação sócio-profissional dos docentes** (SPRC/FENPROF) Precariedade (crescente), concursos (suspensos), ingresso (impedido) na profissão e na carreira, carreira (congelada), salário (reduzido) e aposentação (agravada)... que mais irá acontecer?!

**11h30** – Encontro com os órgãos de comunicação social.

**24 de Março de 2011 – rede escolar e gestão dos agrupamentos e das escolas** (SPN/FENPROF)

A rede escolar – mega-agrupamentos e encerramentos – associada aos problemas da gestão dos agrupamentos e das escolas. Divulgação dos dados referentes à constituição de 84 mega-agrupamentos em 2009/2010 e perspectivas para o próximo ano.

**11h30** – Encontro com os órgãos de comunicação social.

**29 de Março de 2011 – avaliação de desempenho dos docentes** (SPZS/FENPROF) Injusta, burocrática, discriminatória, geradora de problemas e conflitos, perturbadora do funcionamento das escolas... é esse o "SIADAP" do descontentamento dos docentes.

**11h30** – Encontro com os órgãos de comunicação social.

**31 de Março de 2011 – horários de trabalho dos professores e educadores** (SPGL/FENPROF)

Pedagogicamente absurdos, os horários de trabalho dos docentes, como afirmou Isabel Alçada em início de mandato, retiram tempo aos professores para se dedicarem ao essencial: o trabalho com os seus alunos. Hoje retiram ainda mais...

**11h30** – Encontro com os órgãos de comunicação social.

Pretende-se que esta seja uma forma diferente de fazer informação e acção sindical aberta ao grande público e aos órgãos de comunicação social. Por essa razão, em cada um dos dias, será distribuído um texto à população que denunciará a situação específica e apresentará alternativas. ●

## Os 43 milhões de euros (de que fala a Ministra) são professores a pôr na rua...

...mas serão estes que estão a mais?



A Ministra da Educação tem repetido lamentos pelo facto de, chumbadas as alterações curriculares que o Governo aprovou, não poupar 43 milhões de euros.

Ou seja, lamenta-se por não poder livrar-se de um número de professores no valor de 43 milhões de euros, pois é só nesse domínio que, destas alterações curriculares, poderá surgir poupança. É assim, nos dias de hoje, a governação no ME: não contam as pessoas, não contam as escolas e os alunos, não conta a qualidade... contam apenas os números, observava a FENPROF em nota recentemente divulgada pelo Secretariado Nacional, que acrescentava: "Cada pessoa tem um custo e, neste caso, o Ministério da Educação quer livrar-se de um número de docentes que, no conjunto, custa 43 milhões de euros.

De não o poder fazer, lamenta-se Isabel Alçada!" São assim definidas pelas Finanças as políticas que no ME se executam:

- Os mega-agrupamentos avançam porque correspondem a vários milhões, pelos docentes que reduz;

- As novas regras para a organização e funcionamento das escolas no próximo ano valem mais uns milhões, porque eliminam milhares de postos de trabalho;

- O aumento dos horários de trabalho dos professores significa mais uns milhões de redução, com a dispensa de milhares de outros;

- Um conjunto de umas quantas medi-

das avulsas vale mais uns tantos milhões, pois permite despedir vários milhares de professores.

"Tudo junto, sabemos que o Governo prevê poupar mais de 800 milhões de euros, este ano, por conta do maior despedimento colectivo de professores previsto para Setembro somado ao roubo mensal nos salários e ao desvio de alguns financiamentos para os fundos comunitários, com consequências que ainda faltam avaliar", regista ainda a nota de imprensa da FENPROF.

Salientando que "é inadmissível que a professora Isabel Alçada se lamente por não poder livrar-se de milhares de professores que, bem sabe, são necessários às escolas e aos alunos", a Direcção da Federação Nacional dos Professores refere ainda:

"Poderia o ME poupar na Educação sem ser no que é parte essencial da vida das escolas? Poderia, mas não é essa a sua opção! Por exemplo, na complexa teia burocrática que constitui toda a administração educativa, no despesismo com a *Parque Escolar* ou em custos acrescidos com compras efectuadas no âmbito da central que criou e em limpeza das escolas... isto para dar apenas alguns exemplos."

### Ausência de política

Como realça a Federação, é esta política, ou melhor, é esta ausência de política educativa e esta falta de personalidade política do ME que os professores e educadores contestam, como ficou registado na recente jornada nacional do Campo Pequeno e no ME, em Lisboa "Hoje, é cada vez mais claro que, na Educação, o governo é problema e os professores são solução... sendo assim, torna-se evidente que estes não estão a mais!", conclui a FENPROF. ●





José Calçada, Presidente do Sindicato dos Inspectores de Educação e Ensino (SIEE):

## “As pessoas não se deixam ir no conto do vigário e é também por isso que temos aí a Marcha Nacional de 2 de Abril”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

”O ataque à escola pública e aos professores não é apenas um ataque à educação, ao ensino e a uma classe profissional – é um ataque ao desenvolvimento e ao futuro do país. Neste quadro, naturalmente, o Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino (SIEE) não podia ficar indiferente a uma iniciativa com as características da Marcha Nacional de 2 de Abril, pela qualidade da Educação e em defesa da Escola Pública”.



José Calçada, Presidente da Direcção do SIEE, fala com esta frontalidade de uma iniciativa que vai certamente “sensibilizar a opinião pública” para a necessidade de “cerrar fileiras” em torno de “uma das bases fundamentais da sociedade democrática: a escola pública de qualidade e para todos”. Presente desde a primeira hora no lançamento e preparação da Marcha, trabalho que teve como primeira etapa a construção e divulgação do Manifesto «Investir na Educação, defender a Escola Pública» (conferência de imprensa de 10 de Fevereiro), o SIEE é uma das muitas vozes que encara com preocupação, e mesmo com indignação, o actual rumo que os governos deram à educação e à escola pública. “A situação é demasiado grave para poder passar despercebida!”, alerta José Calçada.

### Do mesmo lado da barricada

“Como já tive oportunidade de referir em várias sessões públicas, nomeadamente organizadas pelos sindicatos da FENPROF, os Inspectores e os Professores estão do mesmo lado da barricada. E neste caso queremos dizer: estamos com os professores, com os psicólogos, com os pais e encarregados de educação, com os trabalhadores não docentes, com os técnicos, com os estudantes, com os autarcas, com todos os cidadãos que se preocupam com os destinos da escola pública”, realça o dirigente sindical.

“É verdade que esta ofensiva não é de agora, mas ninguém de bom senso terá dúvidas de que ela subiu de tom e é hoje muito mais agressiva e preocupante”. José Calçada pormenoriza:

“Os responsáveis políticos insistem em fortíssimos cortes orçamentais que conduzem a um desinvestimento efectivo; apostam em políticas definidas não pelos interesses da Educação e da Escola Pública, mas pelos designios orçamentais impostos pela Finanças; impõem medidas extremamente gravosas que terão forte impacto na organização das escolas e no seu funcionamento, com implicação negativa na qualidade do ensino”.

### Já não pega a política do dividir para reinar...

José Calçada não tem papas na língua:

“Esta Marcha, pela diversidade dos apoios que recolhe, prova que a política do dividir para reinar não dura para sempre. Já não pega colocar pais e en-

carregados de educação contra professores, já não se diz “perdi os professores, mas ganhei a sociedade”, já não pega atacar os magistrados do Ministério Público porque tinham excesso de autonomia, ou os juizes porque tinham férias a mais e eram os responsáveis pela lentidão da justiça... Em síntese: já não pega a política do bode expiatório, atirando as culpas das deficiências do sistema ou da incapacidade governamental para cima de um ou de outro sector socioprofissional, tentando virar a opinião pública contra eles ou contra a função pública no seu conjunto”. E acrescenta:

“As pessoas já não se deixam ir no conto do vigário. É por isso que aí temos a Marcha Nacional de 2 de Abril, envolvendo sectores tão diferenciados. É uma iniciativa com grande significado, não é fácil encontrar por esse mundo fora, em protesto contra o neoliberalismo, uma iniciativa com esta dinâmica, envolvendo uma diversidade tão grande de intervenientes – e que, para além do mais, alertados pelo rumo que as coisas estão a tomar na educação, tiveram a capacidade de se juntar à volta daquilo que é essencial para o desenvolvimento e para o futuro do país”.

### Mobilizar as pessoas

“Isto chegou a um ponto”, alerta José Calçada, “em que é essencial mobilizar as pessoas para defenderem o futuro do país, futuro de que a educação e o ensino constituem partes essenciais. Os ataques não param. Veja-se a frieza com que se anuncia mais um encerramento cego de escolas: mais de 400! Este governo está literalmente a desistir de uma parte do país, está a acelerar a desertificação que diz combater! Para além da educação, este comportamento é de enorme gravidade estratégica mesmo em termos de defesa nacional. Há países e regiões que estão já a fazer marcha atrás nessas políticas.

No Estado de Nova Lorque, por exemplo, há 30 anos avançaram para a experiência de unidades tipo mega-agrupamentos; agora estão a voltar atrás. Docentes, especialistas e investigadores são unânimes: a qualidade educativa e o combate ao insucesso escolar não são compatíveis com escolas gigantes. Por cá, andamos ao contrário. É inaceitável e tem de ser combatido”.

### A Marcha não pode ser a foz de um rio

Como destaca o Presidente da Direcção do Sindicato dos Inspectores da Educação e

do Ensino nesta longa conversa com a reportagem do JF no Porto, “a Marcha não pode ser a foz de um rio, mas sim uma nascente, a nascente de um novo caudal de resistência e de indignação. Porque todos sabemos que os resultados não se conseguem de um dia para o outro...” E José Calçada dá um exemplo: “O fim da divisão artificial dos professores entre titulares e não-titulares obrigou a um trabalho longo, a inúmeras e poderosas acções de rua e nas escolas, implicou o envolvimento de milhares e milhares de pessoas, que não apenas de professores – e implicou criar a força de acreditar que essa luta, para além de justa, poderia sair vitoriosa!”

### Esta luta é uma maratona!

“O esforço em defesa da escola pública, esta acção convergente, tem que continuar e tenho a certeza que vai prosseguir com forças redobradas. Esta luta é uma maratona. Ninguém pede o unanimismo. Interessa o que nos une: a defesa da escola pública”, destaca o sindicalista.

Revelando que “foi muito fácil chegar a acordo entre todas as partes para construir o Manifesto”, Calçada sublinha que “é em defesa de um efectivo investimento na Educação que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores do Manifesto se unem; é para os cortes que incidem sobre aspectos essenciais das escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento, que os subscritores alertam a sociedade portuguesa”. Um alerta que, garante, vai ser ouvido com milhares de vozes nas ruas de Lisboa. O poder político também não ficará indiferente? José Calçada não hesita:



“Não devia. Mas agora faço eu outra pergunta: onde é que está o poder político? No Ministério da Educação ou no das Finanças? No Governo português ou na Senhora Merkl? Mas nunca nos esqueçamos: pode levar mais ou menos tempo, pode ser uma luta mais ou menos dura, pode ter avanços e retrocessos, mas o nosso povo acabará por impor uma escola pública democrática, inclusiva e de qualidade. Não estamos a lutar pelos professores, pelos inspectores ou por qualquer grupo profissional: estamos a lutar pelas nossas crianças e pelos nossos jovens, estamos a lutar pela construção de um futuro mais justo e solidário para o nosso país. A Marcha é para isso!” ●

### “É preciso outra organização”

Para José Calçada, os actuais problemas da educação e do ensino não se resumem aos efeitos de uma política acelerada de desinvestimento. “É preciso outra organização. E, para isso, são fundamentais dois caminhos: possibilitar a autonomia real das escolas e ganhar os professores para os desafios da profissão. Atacando um grupo profissional, não se vai lá. Quando não se ganham as pessoas, não se vai a lado nenhum... E o Governo continua ao ataque. Como é que podemos interpretar, por exemplo, a situação que está a ser criada aos professores que vão corrigir os exames do secundário, a sobrecarga com horários de trabalho, a inviabilização do concurso em 2011? Isto não são ataques aos profissionais? Assim, não se mobilizam professores!” ●

## SPE lança debate interno sobre os seus Estatutos

O Sindicato dos Professores no Estrangeiro não procedia à revisão dos seus Estatutos desde 2002. Com todas as alterações legislativas produzidas, com as alterações dos “quadros” de professores a trabalhar nos diversos países abrangidos pelo SPE, bem como todas as alterações verificadas pelas sucessivas vagas de aposentações e conseqüente entrada de novos profissionais no sistema, era necessária uma readaptação do documento magno do nosso Sindicato. Nesse sentido e contemplando o quadro legal vigente, apresentamos uma versão dos Estatutos, para consulta que, posteriormente será discutida e aprovada em Assembleia Geral, convocada para o efeito e ainda para resolução do problema da eleição dos futuros Corpos Gerentes do SPE/FENPROF. Solicitamos a leitura da presente proposta bem como a sua análise e triagem de matérias que estão contempladas, mas das quais discordam bem como de outras que gostaríamos de ver consignadas no referido documento.

Entretanto, na página electrónica do SPE está também uma tomada de posição sobre “as Instruções do Instituto Camões para a previsão da rede horária 2011/2012”.

É um problema que o SPE anda a debater, desde o dia 4 de Março, data em que oficialmente foi recebida, pelos professores e pelo próprio sindicato, a comunicação das orientações, produzido pelo Instituto Camões. Como bem puderam ler, a concretizar-se a aplicação do ponto 2 do referido documento, a situação seria de redução drástica e levaria mesmo ao desaparecimento de muitos horários dos professores.

O ICA manifesta um claro desconhecimento das condições em que, muitas vezes, funcionam os cursos de LCP, a exiguidade de instalações e as deslocações que os profissionais de educação são obrigados a fazer para os cursos e intercursos. ●

INFO [www.fenprof.pt/SPE/](http://www.fenprof.pt/SPE/)





Universidade do Minho

## FENPROF e SPN combatem tentativa de transformação numa fundação de direito

**A passagem a fundações públicas com regime de direito privado das Universidades é uma possibilidade aberta pelo RJIES que, numa primeira fase, foi adoptada somente por 3 instituições, o que constituiu uma derrota para a política defendida pelo MCTES.**

Assiste-se agora a uma nova tentativa de mudança do enquadramento jurídico de Universidades Públicas, estando este processo em discussão em vários Conselhos Gerais. O Reitor da Universidade do Minho submeteu ao Conselho Geral respectivo a proposta de passagem a fundação. Divulgamos a tomada de posição do SPN sobre este processo, que corresponde à opinião que a FENPROF tem vindo a expressar sobre esta importante matéria.

Importa chamar a atenção que, à margem do Conselho Geral, várias Escolas da Universidade do Minho irão promover refe-

rendos para auscultarem a opinião dos seus membros. O referendo já realizado numa das Escolas rejeitou por larga maioria a passagem a fundação. Chamamos a atenção para as consequências gravosas que a passagem a fundação pode acarretar a nível da liberdade académica e da perda de sentido de missão de serviço público.

Entende a FENPROF que os procedimentos com vista a uma tal alteração devem prever a possibilidade de a comunidade académica expressar a sua opinião, nomeadamente através de referendos.

O Sindicato dos Professores do Norte, no seu comunicado, entende que o ensino superior público, tal como a própria designação indica, deve ser um bem público. A passagem ao regime fundacional por parte das algumas Universidades abre a porta a uma gestão de cariz privado, cujo desenvolvimento pode, no futuro, por constrangimentos políticos ou mercantis, pôr em causa o serviço público e a liberdade académica. Este é o risco que está também a correr a Universidade do Minho com a proposta de passar ao regime fundacional.

A passagem ao regime fundacional não é meramente uma questão instrumental de gestão, pois implica, segundo refere o próprio RJIES, uma "transformação institucional sobre a organização, a gestão, o financiamento e a autonomia da instituição."

Esta transformação materializa-se na constituição de um Conselho de Curadores, formado por personalidades externas à Universidade e ao Estado, perante o qual o Reitor passa a responder. No actual quadro, o Conselho Geral é já o único órgão de governo democraticamente eleito pela academia. As decisões deste órgão, com a transformação em fundação, passam a carecer de aprovação por parte do Conselho de Curadores, que não é eleito pela academia. De facto, o Conselho de Curadores terá competência para homologar muitas das mais relevantes deliberações do Conselho Geral, nomeadamente a designação e destituição do reitor, a aprovação dos planos estratégicos, das linhas gerais de orientação, do plano de actividades, da proposta de orçamento e contas e até a alienação de património. Garante a constituição do Conselho de Curadores, com todos estes poderes políticos e administrativos, a prossecução do serviço público da Universidade? Por que razão se acredita que um Conselho de Curadores externos pode definir melhor que os seus próprios membros a vida interna da Universidade e a sua missão?

Acresce ainda que, "no âmbito da gestão dos seus recursos humanos, a instituição pode criar carreiras próprias para o seu pessoal docente, investigador e outro". Ou seja, a Universidade poderá ter docentes a exercer

as mesmas funções, mas com contratos diversos: de trabalhador em funções públicas ou em contrato individual de trabalho em regime privado. Que implicações comporta a possibilidade de a Universidade poder contratar docentes à luz do Código de Trabalho em regime privado? Em primeiro lugar, por que razão o faria? Por serem mais baratos? Que carreira, que direitos terão estes docentes sem um Estatuto, quando o RJIES afirma que estas carreiras apenas devem respeitar "genericamente, quando apropriado, o paralelismo no elenco de categorias e habilitações académicas"? Qual o limite? Poderá no futuro uma universidade pública ter apenas docentes em regime de direito privado nos seus quadros? E não será isto uma contradição de fundo?

O financiamento do Estado às instituições fundacionais é definido por meio de contratos plurianuais mas, até agora, não são do domínio público os contratos assinados com as três fundações entretanto criadas, contrariando o tão apregoado princípio da transparência. O que há nestes contratos que não se possa conhecer?

A passagem da Universidade a Fundação requer que a instituição tenha 50% de receitas próprias, o que implica que o financiamento deverá decorrer das propinas, prestação de serviços e filantropia. Uma universidade mais independente do financiamento do Estado, supostamente mais autónoma, ficará mais dependente do mercado e do que este valoriza. Ora, tal poderá ter implicações muito graves sobre o que a Universidade ensina e investiga e sobre a autonomia, a liberdade académica e a carreira dos docentes. Nesta situação, quem vela pelo interesse público?

### Privados a interpretar missão pública...

O Estado, ao delegar em membros externos à Universidade, no Conselho de Curadores, a administração da Universidade, desresponsabiliza-se e demite-se da sua função constitucional de garantir à nação um ensino superior público.

Se o Estado garantisse às instituições as verbas necessárias ao prosseguimento da sua missão, esta questão fundacional não se colocaria. Assim, são obrigadas a procurar outras fontes de financiamento, não público, tornando-as dependentes do mercado. Adicionalmente, o Estado confia a supervisão deste processo a um conjunto de personalidades externas – as quais, se olharmos para os casos conhecidos, estão maioritariamente ligadas ao mundo das finanças e das empresas privadas –, que deverão interpretar o que é a missão pública da Universidade.

Assim, os defensores da proposta de passagem a fundação pública de direito privado assumem que a Universidade, a fim de prosseguir a sua missão pública, tem que de ser gerida como uma instituição privada, com um conselho que lhe é exterior, e com poderes que vão muito

## Sobre a "tentação" da fundação no Ensino Superior

**É preciso unir e não fracturar**

**JOÃO CUNHA SERRA**

(Coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação, da FENPROF)

**A**s regras cada vez mais apertadas de controlo central pelo Ministério das Finanças da aplicação dos orçamentos dos serviços do Estado, impostas cegamente pelo Governo, com vista à redução do défice público, vieram dar um novo alento aos que julgam que se conseguirão libertar delas pela transformação das instituições que gerem em fundações ditas "públicas com regime de direito privado".

Esta convicção tem-se revelado ser, em larga medida, uma ilusão nas 3 instituições que já empreenderam tal transformação, porque a sanha dos cortes financeiros e das limitações à gestão não têm poupado nenhuma instituição com financiamento do Estado. Compreende-se o desespero dos colegas que se encontram à frente das instituições quando se confrontam com medidas legislativas que lhes colocam tais dificuldades que chegam a considerar impossível continuarem a gerir as suas instituições com um mínimo de eficácia. Já se compreende menos que esses mesmos responsáveis pelas instituições entendam que é abraçando um modelo de gestão privada que irão conseguir contornar essas dificuldades, desvalorizando os riscos de afastamento do interesse público como guia prevalecente da sua actividade e de graves limitações à liberdade académica que venham a ser consequência da preponderância de critérios de rentabilidade económica e de mercado, e do aumento da precariedade. Não se encontra, na esmagadora maioria dos casos, em causa que haja a intenção por parte destes responsáveis de conduzirem as suas instituições, uma vez transformadas em fundações, por caminhos contrários ao interesse público ou ofensivos da situação profissional dos docentes e dos investigadores. No entanto, parecem esquecer que eles como gestores passam e as instituições ficam, com outros dirigentes e noutros contextos económicos e políticos. Qual é a alternativa? O novo reitor da Universidade de Coimbra deu numa entrevista ao órgão de comunicação do SPRC uma resposta: "não veria razão para que as universidades [e já agora os politécnicos, acrescento eu] que não são fundações não terem acesso, em clima de plena transparência e responsabilização, a mecanismos de gestão mais flexíveis". É sem qualquer dúvida este o caminho a percorrer.

**As forças que existem devem ser canalizadas para este fim e não para o desencadear de processos que dividem a academia..** ●



além da mera administração, podendo facilmente interferir na organização do dia-a-dia das instituições, afectando nomeadamente a carreira e a autonomia dos docentes e, daí, a da própria Universidade. Ou seja, quanto da Universidade Pública vai ser privado?

No caso concreto da Universidade do Minho, o SPN vê com preocupação acrescida o facto de se vislumbrar a possibilidade de o Conselho Geral tomar uma decisão desta natureza sem consultar devidamente todos os interessados, particularmente porque esta questão não constava dos programas eleitorais das listas ao Conselho Geral. É sintomático que, à margem do Conselho Geral, várias Escolas tenham sentido a necessidade de auscultar os seus membros por via de um referendo.

Num processo tão determinante para o futuro da Universidade do Minho, e, consequen-

temente, de toda a comunidade académica, por que razão não promove o Conselho Geral um referendo que permita saber a opinião da comunidade? A auscultação por voto secreto permitiria o envolvimento e a possibilidade de expressão de todos os docentes de uma forma democrática, assegurando, assim, que a decisão a tomar possa ser informada, conhecendo a real vontade da comunidade.

O SPN vê com preocupação o que a passagem a Fundação pode representar no futuro próximo para a missão pública da Universidade, pelo que não podia deixar de se manifestar relativamente a este processo da Universidade do Minho, apelando a todos os colegas para que intervenham no debate em curso e exijam ser parte activa na tomada de decisão. ●

15 de Março de 2011  
Departamento do Ensino Superior do SPN



## A Escola e a Democracia

**N**a Grécia Antiga, construíram-se as bases da génese da democracia, há cerca de 2500 anos. Já nessa época, era consensual a relação entre a qualidade da formação dos cidadãos e a qualidade do exercício político, por isso, a educação dos rapazes possuía as vertentes fundamentais (artes, oratória e actividades físico-militares) para o exercício pleno da cidadania e participação activa nas várias instituições políticas, sobretudo, na Ekklesia.

Após a Revolução Francesa, os ideais da liberdade, fraternidade e igualdade são transmitidos aos filhos da burguesia, recém-chegada ao poder, pela escola de matriz napoleónica.

Estes são exemplos, entre outros, de que a escola, desde a Antiguidade, é reconhecida como um veículo de coesão social e de transmissão da cultura dominante. A Revolução de Abril trouxe a democracia, mas também a escola democrática para todos e, conseqüentemente, o dever da transmissão, pela escola, dos valores da solidariedade, da tolerância, da cidadania activa e da democracia.

A Lei n.º 46/1986, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, refere, nos seus princípios gerais, que:

*"1 - Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.*

*2 - É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.*

[...]

*4 - O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.*

*5 - A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva."*

O Governo de José Sócrates impôs à Escola Pública um regime de gestão pseudodemocrático, por via da aprovação



do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril. Trata-se de um regime jurídico que configura um retrocesso no funcionamento democrático da Escola Pública, porque centraliza poderes na figura do director, impõe soluções únicas em áreas onde até agora as escolas podiam, autonomamente, decidir e põe em causa os princípios da elegibilidade, colegialidade e participação, que são pilares de uma organização democrática da escola, ao extinguir os vários processos eleitorais, restringindo a participação dos actores escolares na direcção e gestão da sua escola; acabando, assim, com a tradição de colegialidade do pós 25 de Abril, impondo a todas as escolas um órgão de gestão unipessoal, um director seleccionado através de um processo híbrido, de legalidade duvidosa, de concurso e eleição. Este modelo concentra no director poderes de decisão, estabelecendo uma rígida cadeia de comando, que começa no ME e acaba nos coordenadores das estruturas pedagógicas intermédias, agora designados pelo director.

O Governo deu, assim, um claro exemplo para a comunidade educativa de que a democracia se ensina pelo currículo, mas não se pratica no local em que se transmite esse mesmo currículo.

Na Região Autónoma dos Açores, o Governo de Carlos César, embora com adaptações regionais, mantém em vigor os princípios subjacentes ao Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, ou seja, a garantia da manutenção e aprofundamento da autonomia das escolas e um regime de gestão democrática, assente na escolha dos responsáveis pelos vários órgãos da administração escolar pela comunidade educativa.

Nos Açores, a Democracia aprende-se e pratica-se na Escola. ●



ANTÓNIO LUCAS (Presidente do Sindicato dos Professores da Região Açores)

duas palavras



LUÍS LOBO | [luis.lobo@sprc.pt](mailto:luis.lobo@sprc.pt)

## 2 de Abril Participar é um dever cívico

**N**esta edição de Março, do Jornal da FENPROF dedicamos um extenso dossier à escola pública portuguesa. Fazemo-lo com a consciência de que a defesa deste bem nacional será determinante e é hoje tão importante quanto é a escola pública que promove a elevação da qualificação dos portugueses, garante significativos resultados em investigação científica e estabelece os patamares de desenvolvimento de que o país necessita para vencer esta e todas as crises por que ainda passará, certamente.

Porém, ao pôr-se em perigo aquilo que é uma garantia e um direito do Portugal democrático e livre, estará a comprometer-se o futuro e a afastar a esperança que todos os portugueses depositam no seu país e na sua capacidade de ultrapassar as dificuldades.

Muitos tentam fazer crer que o caminho é fácil e propagandeiaram com a privatização dos serviços públicos como forma de encaixar capital, com a liberdade de opção traduzida em cheque-ensino para poupar ao Estado na construção de edifícios escolares, com o encerramento de escolas e com a transformação das que restarão em mega-unidades orgânicas ingovernáveis como forma de reduzir as despesas com recursos humanos ou ainda com a transformação das instituições públicas de ensino superior em fundações como forma de flexibilizar as operações de captação de capital e de contratação de docentes e investigadores.

Porém, os custos seriam muito superiores e a discussão público versus privado não se resume ao encontrar soluções que "facilitem" a contratação de pessoal ou reduzam a despesa.

A privatização do ensino e da educação significará mais flexibilidade nas relações laborais e nos regimes contratuais, redução das condições de trabalho como forma de "rentabilização" do investimento, perda de autonomia pedagógica e científica, uma elevada precariedade de emprego e uma redução grave da tutela do Estado sobre as orientações educativas de cada instituição de ensino.

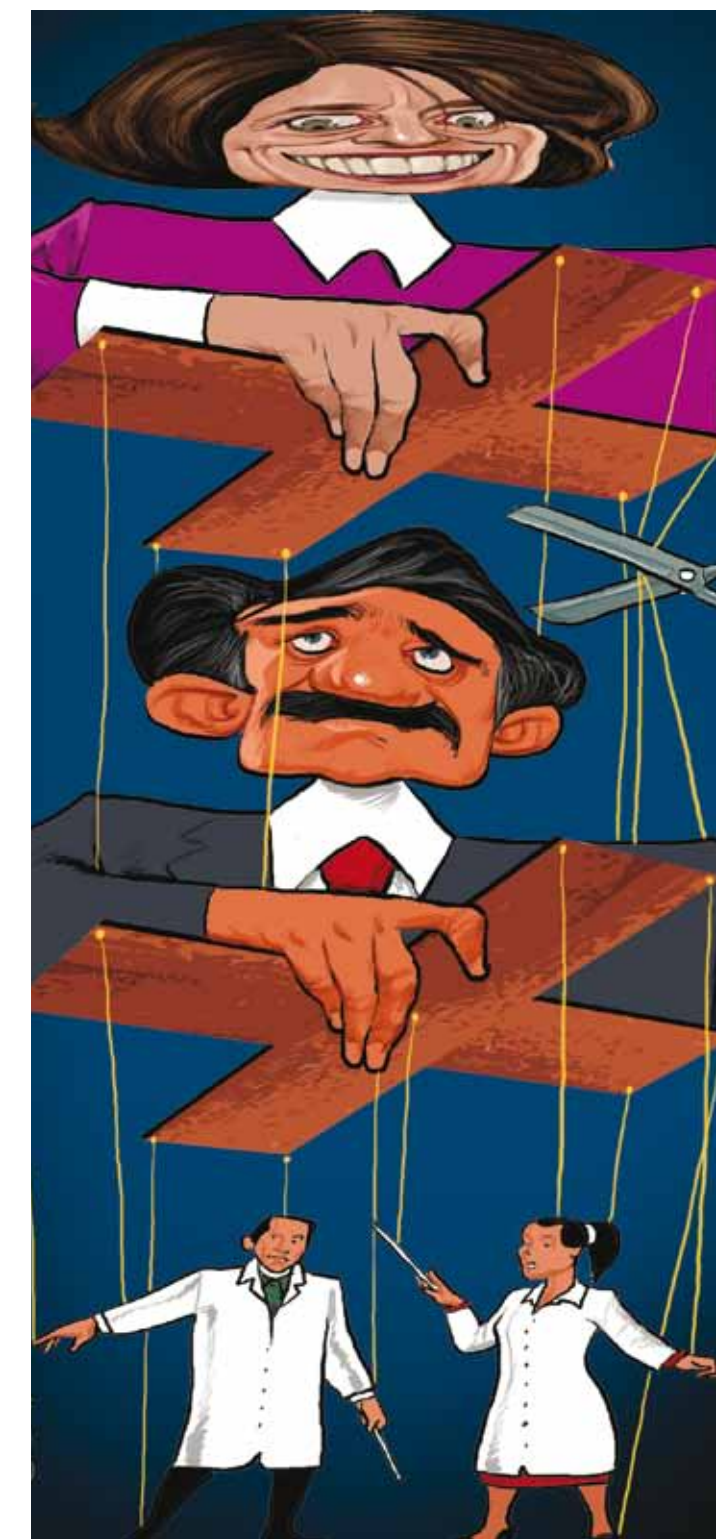
Cair no "canto da sereia" de que o país fica a ganhar com menos Estado naquilo que são hoje serviços públicos de qualidade e que garantem equidade no atendimento e igualdade de oportunidades significaria retirar qualidade à prestação destes serviços e comprometer a satisfação de direitos fundamentais.

No dia 2 de Abril a comunidade educativa une-se em defesa, precisamente, da Escola Pública e da Qualidade da Educação e esse é um imperativo nacional. Participar nesta importante acção que junta estudantes, docentes, funcionários não docentes das escolas, psicólogos, inspectores de ensino e educação e pais e encarregados de educação é um dever cívico. ●

cartoon

Henrique Monteiro

Cortar amarras





Correcção dos exames nacionais

## Mais um foco de perturbação para os docentes

ANABELA DELGADO (Membro do SN da FENPROF)

Logo que foi publicado o calendário de exames nacionais - Despacho nº 2237/2010 de 31 de Janeiro - os professores começaram a perceber que este ano, além dos cortes salariais, do fim de pagamento por correcção de provas de exames nacionais, dos aumentos de impostos, etc... também teriam cortes nas férias.

Ou, pelo menos, agravar-se-iam as dificuldades em gozar os dias de férias a que têm direito dentro do período em que de acordo com o ECD o podem fazer: entre o final de um ano lectivo e o início do seguinte.

O despacho 18060/2010 publicado em 3 de Dezembro, a partir do qual as direcções das escolas tiveram de desencadear o processo de indigitação dos potenciais correctores de exames de acordo com os critérios ali definidos, dava a indicação de que o ministério da Educação se preparava para "angariar" uma "bolsa de classificadores" que, na sequência de formação acreditada estabeleceriam um "acordo de colaboração" com a duração de 4 anos. O referido despacho clarificava ainda

que a participação nas acções de formação presencial seria equiparada a serviço oficial.

Na semana de 14 de Março tudo se precipitou: os professores seleccionados pelo GAVE entre a lista dos indicados pelas escolas, começaram a receber via e-mail as convocatórias para a formação a realizar em várias datas e locais diversos sendo, em todos os casos, a sua realização coincidente com sexta-feira e sábado (dia de descanso complementar nos termos legislação em vigor).

Tudo isto aconteceu cerca de 48 horas antes do início da 1ª fase de formação – 18 e 19 de Março. Os professores confrontados com esta informação e desconhecendo os termos do "acordo" que nos termos do despacho nº 18060 seriam convidados a assinar, passaram a exigir a sua minuta que acabou por ser divulgada cerca de 24 horas antes do início da formação. De salientar que embora a FENPROF tivesse solicitado o referido documento ele não nos foi enviado tendo tido acesso ao mesmo através dos docentes convocados para a formação...

De resto, a FENPROF continua a aguardar o esclarecimento a várias dúvidas que também colocou ao ministério da Educação (director do GAVE e ministra da Educação).

Analisada a minuta do "acordo" pelos serviços jurídicos, a FENPROF divulgou aos docentes os pontos em que deveriam apresentar contra-proposta já que, tratando-se de um "acordo" as partes envolvidas têm direito a apresentar as suas propostas. Soubemos ao final do dia que o ministério da Educação estava a esclarecer que a formação contava para a avaliação: esclarecimento desnecessário pois, o próprio despacho esclarece que a formação é acreditada, logo, as horas de formação poderão ser apresentadas pelos docentes no seu processo de avaliação de desempenho. Em vez desse esclarecimento ou, conjuntamente com ele, seria importante que o ministério da Educação tivesse informado os docentes sobre qual a sua posição relativamente às contrapropostas por eles apresentadas, particularmente à duração do contrato (por um ano, renovável até ao máximo de três); as implicações da

não assinatura do "acordo" e clarificasse os direitos dos docentes relativamente às ajudas de custo (quando devidas) e à compensação em horas de descanso e remuneração por trabalho efectuado em dia de descanso complementar.

### Férias repartidas...

Outra questão que ainda não foi clarificada é a situação dos docentes do ensino particular também convocados pelo GAVE para o exercício da função de classificadores – de quem é a responsabilidade do pagamento das ajudas de custo e das compensações pelo trabalho realizado em dia de descanso complementar?! Houve algum acordo com as respectivas direcções dos colégios?

Relativamente ao direito a férias o GAVE transmitiu às escolas sugestões de datas possíveis para o gozo de férias consoante a disciplina sujeita a exame nacional. A serem fielmente cumpridas pelas direcções das escolas as sugestões conhecidas os docentes são todos obrigados a gozar férias repartidas... Sobre este aspecto importa esclarecer que os docentes têm o direito a escolher o período de férias que mais lhes convier dentro dos limites impostos no ECD e desse direito não devem abdicar independentemente do mesmo poder vir a ser alterado em função do trabalho que lhe for distribuído. É isto que a lei estabelece e não a situação contrária: a imposição do período de férias pela hierarquia independentemente da vontade do professor!

Os docentes sempre foram correctores de provas de exames – sabem bem que essa é uma função que lhes cabe desde que estabeleceram voluntariamente um contrato com o ministério da Educação. Não entendem portanto qual a razão porque, para a mesma função é necessário agora a assinatura um "acordo de colaboração", tanto mais quando a sua indicação não foi voluntária, antes, na esmagadora maioria dos casos, foi imposta por reunirem os requisitos mencionados no despacho – entenderão ainda menos se no final se vier a verificar que afinal a assinatura do "acordo" é, antes, uma imposição da Administração por um período de 4 anos...●

**Correcção dos exames nacionais: também aqui, o Ministério da Educação tinha de meter os pés pelas mãos...**



COMEMORAÇÕES DOS  
**100 ANOS**  
DO DIA INTERNACIONAL  
DA MULHER  
**8 DE MARÇO**



## A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adoptada pela ONU em 10 de Dezembro de 1948



Abalados pela barbárie recente, os dirigentes das nações que emergiram como potências no período do pós-guerra, liderados pela

União Soviética e Estados Unidos da América, estabeleceram na Conferência de Yalta, na Inglaterra, em 1945, as bases de uma futura “paz”, definindo áreas de influência das potências e acertado a criação de uma organização multilateral que promovesse negociações sobre conflitos internacionais, para evitar guerras, promover a paz e fortalecer os Direitos Humanos.

Três anos volvidos, a 10 de Dezembro de 1948, a Assembleia Geral da ONU<sup>1</sup> proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com o objectivo de promover a adopção de

medidas progressivas de carácter nacional e internacional, que assegurassem o reconhecimento e a observância universal efectiva dos seus direitos, liberdades e garantias, tanto entre os povos dos Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

A Assembleia da República Portuguesa, reconhecendo a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovou em 1998 uma Resolução na qual instituiu o dia 10 de Dezembro como o Dia Nacional dos Direitos Humanos. ●

## As origens da Declaração Universal dos Direitos Humanos

A 4 de Julho de 1776 foi **declarada a independência dos EUA**. O texto desta Declaração, Inspirado nas ideias filosóficas do Iluminismo (igualdade, fraternidade, liberdade) e redigido por Thomas Jefferson, pode considerar-se a 1ª Declaração Universal dos Direitos Humanos.

*“Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens foram criados iguais, foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade.”*

A 26 de Agosto de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte Francesa aprovou, e votou definitivamente a 2 de Outubro, a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**, onde se proclamam as liberdades e os direitos fundamentais do ser humano.

Serviu de inspiração para as constituições francesas de 1848 (Segunda República Francesa) e para a actual. Também foi a base da Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela ONU, em 1948

A ONU criou a comissão dos direitos humanos, dirigida pelo canadense John Peters Humphrey que elaborou um projecto da declaração universal dos direitos humanos, que veio a ser discutida e votada pela Assembleia Geral, a 10 de Dezembro de 1948.

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos... Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal... Todos são iguais perante a lei”. A seguir enumera uma lista de direitos específicos, que vão do direito a não ser torturado, submetido à escravatura ou detido arbitrariamente, passando pelo direito à liberdade de opinião, de expressão e de religião, incluindo uma série de direitos sociais, económicos e culturais essenciais, como o direito à educação, à saúde e a salário igual por trabalho igual.

Todas as pessoas, diz a Declaração, têm estes direitos “sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra...”. Hoje em dia, estes princípios formulados na Declaração Universal estão consagrados nas Constituições e leis de mais de 90 países.

Para vigiar, promover, proteger e desenvolver mais os direitos humanos foram criados mecanismos internacionais, regionais



A 26 de Agosto de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte Francesa aprovou, e votou definitivamente a 2 de Outubro, a Declaração dos Direitos do Homem

e nacionais específicos, incluindo o Alto Comissariado para os Direitos Humanos e o Conselho de Direitos Humanos com os seus peritos independentes.

No entanto, para muitas pessoas, a Declaração Universal continua a ser uma promessa incumprida, já que a vontade política dos Estados em matéria de cumprimento dos seus compromissos está lamentavelmente muito aquém das suas promessas. No momento em que a crise financeira alastra, existe um risco muito concreto de que as pessoas e as comunidades mais pobres e marginalizadas do mundo se venham a encontrar numa situação ainda pior do que aquela em que vivem actualmente.

A pobreza é, ao mesmo tempo, causa e consequência de violações dos direitos humanos. Dezenas de milhões de pessoas no mundo continuam a ignorar que têm direitos que podem exigir e que os seus governos são responsáveis perante elas e perante um vasto conjunto de leis nacionais e internacionais.

### São características dos direitos humanos: Imprescritibilidade

São imprescritíveis (irrevogáveis) ou seja, não se perdem com o decurso do tempo;

### Inalienabilidade:

Não há possibilidade de transferência, seja a título gratuito ou oneroso;

### Irrenunciabilidade:

Não podem ser objecto de renúncia ;

### Inviolabilidade:

Impossibilidade de desrespeito por determinações ou actos das autoridades públicas, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal;

### Universalidade:

A abrangência desses direitos engloba todos os indivíduos, independentemente da sua nacionalidade, sexo, raça, credo ou convicção político-filosófica;

### Efectividade:

A actuação do Poder Público deve ser no sentido de garantir a efectivação dos direitos e garantias previstas, com mecanismos coercitivos;

### Indivisibilidade:

Não devem ser analisados isoladamente. Por exemplo: o direito à vida, exige a segurança social (satisfação dos direitos económicos, colocando no mesmo patamar de igualdade os direitos civis e políticos e os direitos económicos e culturais. ●



## Sahara Ocidental Um dos cantos do mundo onde são sistematicamente violados os direitos humanos

Último país do continente africano sujeito ao colonialismo, o Sahara Ocidental foi uma colónia espanhola até 1976.

Em 1965, as Nações Unidas proclamaram o direito à autodeterminação do Sahara Ocidental e instaram a Espanha a agilizar a sua descolonização.

Perante a inércia e desinteresse do estado espanhol, em 1973, é criada a Frente Polisário, Frente Nacional de Libertação, um movimento político e militar para a defesa dos direitos do povo do Sahara Ocidental à auto-determinação e independência.

A 5 de Novembro de 1975, enquanto a Espanha de Franco – que morreria alguns dias mais tarde – afrouxava o seu domínio sobre o Sahara Ocidental, o rei de Marrocos, Hassan II, promoveu uma **Marcha Verde** que invadiu o território. Cerca de 500 mil marroquinos atravessaram a fronteira e invadiram aquele território. Segundo Marrocos, tratava-se de uma invasão “civil” e “pacífica” para ocupar a terra no oeste do Sahara, mas, de facto, escondia a entrada do exército marroquino no território Saharai.

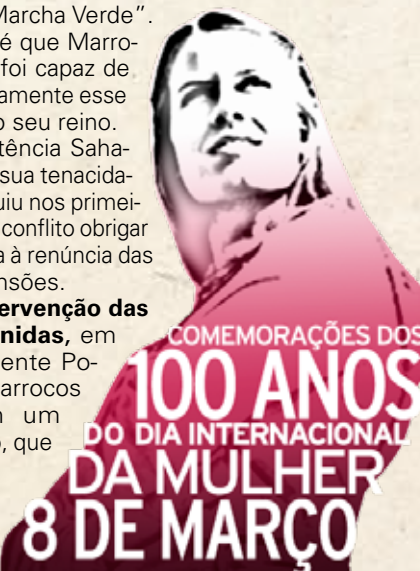
Os acordos de Madrid, assinados a 14 de Novembro daquele mesmo ano, dividiram o Sahara Ocidental (região que é a maior produtora de fosfato do mundo, rica em petróleo, urânio, ferro e outros minerais, e cuja costa é considerada uma das zonas pesqueiras mais ricas do planeta) entre Marrocos e a Mauritânia.

Em 1976, Marrocos controla o território

a ferro e fogo. Os Saharais são bombardeados com gás NAPALM<sup>2</sup> e FÓSFORO BRANCO<sup>3</sup>. Morrem milhares de pessoas e dezenas de milhares, famílias inteiras, fogem para o deserto, para tão longe quanto possível para se libertarem dos bombardeamentos marroquinos. Por lá ficaram, há 35 anos, na região argelina de Tinduf, vivendo em acampamentos de refugiados e deixando para trás todos aqueles que tinham idade e condições para pegar em armas e combater os dois exércitos invasores. Mas a resistência dos Saharais foi organizada. Hassan II pensava que o conflito seria curto, mas continua desde a “Marcha Verde”. A verdade é que Marrocos nunca foi capaz de anexar plenamente esse território ao seu reino.

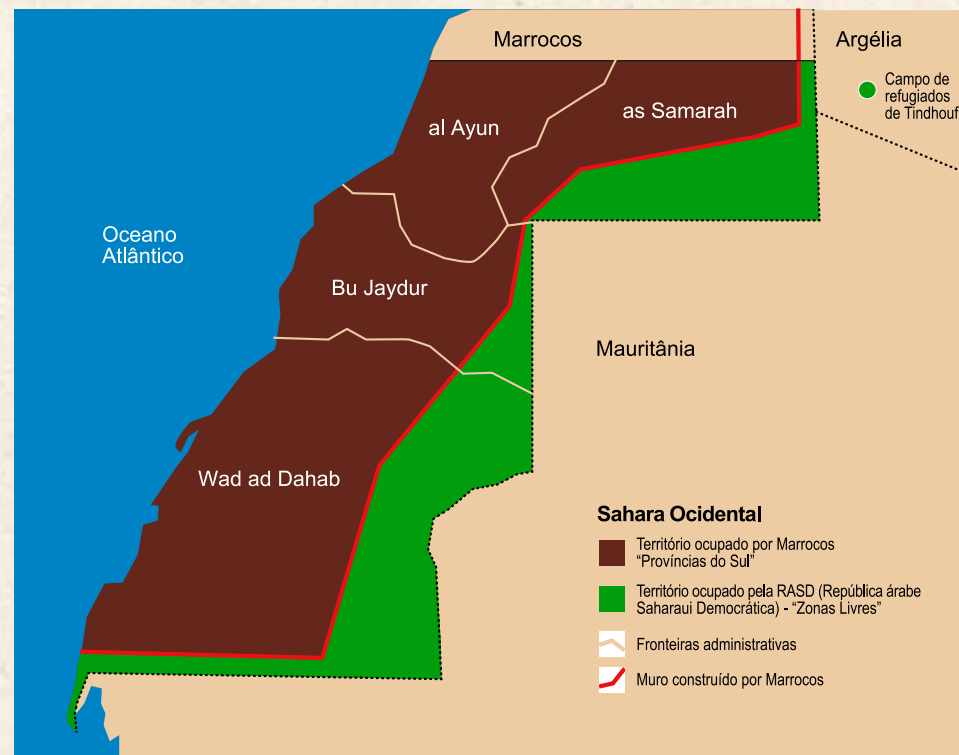
A resistência Saharai, com a sua tenacidade, conseguiu nos primeiros anos do conflito obrigar a Mauritânia à renúncia das suas pretensões.

**Por intervenção das Nações Unidas**, em 1991, a Frente Polisário e Marrocos assinaram um cessar-fogo, que



COMEMORAÇÕES DOS  
**100 ANOS**  
DO DIA INTERNACIONAL  
DA MULHER  
**8 DE MARÇO**





deveria conduzir a um referendo. A partir do momento em que a consulta popular foi evocada, Marrocos mobilizou as populações das áreas em torno do Sahara, procurando assegurar a vitória. Mesmo assim, os resultados das pesquisas realizadas pela polícia real, não seriam favoráveis aos anseios do soberano marroquino e o referendo continua por cumprir. Entretanto, Marrocos **constrói um muro de mais de 2.500 km**, dividindo o território, posiciona 150.000 soldados entrancheirados ao longo do dito muro, “planta” minas terrestres por toda a parte, prende milhares de pessoas contrárias a ocupação, obriga 170.000 Saharais a viver em campos de refugiados, há 35 anos, totalmente dependentes da ajuda humanitária”, confinados a um deserto do qual a saída é quase impossível, separados das famílias que vivem nos territórios ocupados. Parte da população, com menos de 35 anos, não conhece o seu país.

Depois de anos de negociação, constantemente bloqueada por Marrocos, a situação deste povo mantém-se. Comparada com Marrocos, que colhe um forte apoio, especialmente do Estados Unidos da América, o Sahara Ocidental não faz parte dos pontos de interesse da comunidade internacional.

Actualmente, o povo Saharaui controla uma língua de território junto às fronteiras da Argélia e da Mauritânia, a Este do muro de areia defensivo e fortemente armado. Esta zona libertada é constituída por uma faixa de deserto árido, cheio de minas terrestres, que causam grandes baixas entre a população e os animais.

Marrocos tem sob o seu domínio as zonas costeiras, de grande riqueza piscícola, e o chamado “triângulo útil” entre Layoune,

Smara e as ricas reservas de fosfatos de Bucraa. Ai vivem mais de 300.000 Saharais, presos no seu próprio país, porque os territórios ocupados constituem a maior prisão a céu aberto do mundo, limitados a norte por Marrocos, a oeste pelo deserto da morte, a sul e leste, até ao muro, por uma faixa de minas e arame farpado.

Os soldados marroquinos ocupam o território e violam permanentemente os direitos humanos. A população Saharaui, tanto homens como mulheres, é sujeita à prisão em condições desumanas, à tortura, ao sequestro, ao estupro. Ainda recentemente o “assalto” das tropas marroquinas ao “Acampamento da Liberdade”, situado a 15 quilómetros da capital da República Árabe Saharaui provocou uma onda de massacres, com um número indeterminado de mortos e feridos. Este acampamento, instalado junto da capital El Aaiún, era constituído por mais de sete mil tendas, onde estavam instaladas cerca de 20 mil pessoas, exigindo empregos e habitações dignos e protestando contra a repressão.

Sem água corrente, sem electricidade, com carências de toda a espécie, a vida dos refugiados Saharais decorre entre o provisório e o precário, em “Hamada”, o mais árido e pedregoso deserto do Sahara.

Os Saharais recebem só 40% das 2.100 calorias estabelecidas pela ONU como mínimo diário de alimentação, o que afecta principalmente as mulheres e as crianças. Como consequência 35% das crianças sofrem de desnutrição crónica e 13% padece de desnutrição aguda, observando-se um alto índice de atraso no nível de crescimento nos menores de mais curta idade, segundo dados do ACNUR.

Acampamento de protesto montado pelos saharais em Agday M Izik



**Depois de anos de negociação, constantemente bloqueada por Marrocos, a situação deste povo mantém-se. Comparada com Marrocos, que colhe um forte apoio, especialmente do Estados Unidos da América, o Sahara Ocidental não faz parte dos pontos de interesse da comunidade internacional.**

Portugal está ligado a esta região por ter sido o navegador português Gil Eanes, o primeiro europeu a chegar ao território do Sahara Ocidental, dobrando o Cabo Bojador. Daí trouxe as rosas de Santa Maria, e aí Portugal instalou, algum tempo depois, o primeiro entreposto comercial na região, na ilha de Arguim,

A resistência é bravamente exercida pela Frente Polisário, que luta pelo reconhecimento da RASD<sup>5</sup> como um Estado independente. No campo diplomático, Aminatou Haidar tem sido um dos símbolos da luta do povo, uma embaixadora da causa Saharaui, e das mulheres Saharais em particular, que, não só participam no exército, como são 35% dos deputados do seu Parlamento. As mulheres Saharais têm desenvolvido um importante papel ao nível político, económico e social na sua comunidade, nomeadamente na busca de apoio internacional.

A República Árabe Saharaui Democrática, proclamada no exílio, já é reconhecida por 82 países, destes, 27 são latino-americanos.

A manifestação contra a situação existente naquele território, a sensibilização do povo português para esta causa, a exigência de intervenção activa do governo português a nível interno e nas instâncias internacionais, a solidariedade directa para com o povo saraii, procurando ajudar a minorar o seu sofrimento é muito importante.

Tendo sido eleito para o Conselho de Segurança das Nações Unidas, Portugal tem uma oportunidade única de interceder para que o referendo programado pelas Nações Unidas para aquele território seja, finalmente, uma realidade.

Várias organizações não governamen-

tais (movimento da paz, movimentos de mulheres, de jovens e sindicatos) têm desenvolvido uma importante acção de denúncia e de apoio à causa deste povo. É o caso da FENPROF e dos seus Sindicatos que, entre outras acções, está a desenvolver uma campanha de fundos para a construção de uma escola.

### O ataque ao Acampamento de El Aaiún

Exemplo dessa postura marroquina é o que está a acontecer no acampamento de El Aaiún. “Há tendas a arder e vozes que pedem através de megafones para que as mulheres e as crianças abandonem o local” descrevia o “El País”.

Segundo contaram saraiis aos jornalistas do “El País” e do “El Mundo”, o Exército entrou às 6h00 no recinto e começou a lançar gás lacrimogéneo, a incendiar tendas e a forçar pessoas a sair. “Atacaram-nos de madrugada. Não pudemos fazer nada. Perdemos a batalha”, disse ao “El Mundo” Sidi, um saraii que estava no acampamento desde o segundo dia.

Um repórter da agência AFP diz ter visto vários feridos e ambulâncias que se dirigiam a El Aaiún. Segundo esta agência, as forças marroquinas usaram canhões de água contra os habitantes do acampamento.

(...) Como revelou Aminatou Haidar, este acampamento, que tinha já mais de sete mil haimas (tendas), nasceu há quatro semanas a 15 quilómetros da capital saraii (ocupada), El Aaiún. Foi montado por habitantes do Sara Ocidental que reivindicam melhores condições de vida, nomeadamente empregos e habitações. No passado domingo, as forças de segurança marroquinas bloquearam o acesso ao campo e, em protesto, jovens e adolescentes saraiis ergueram barricadas e queimaram pneus no centro de El Aaiún. As forças anti-motim desmantelaram as barricadas e seguiu-se uma hora de confrontos. Para além do bloqueio ao campo, foi cortada a rede de telemóveis, o que levou os activistas a acreditarem que o assalto ao acampamento estava iminente.

A activista Aminatou Haidar tinha avisado nos últimos dias para a possibilidade de uma invasão à força deste campo, pedindo protecção para as pessoas que lá se encontravam. Haidar chegou ontem a Portugal e aqui ficará até quarta-feira, pretendendo agradecer aos activistas da causa saraii que em Dezembro no ano passado se mobilizaram em torno da sua greve de fome em Lanzarote. O Sara Ocidental foi ocupado por Marrocos em 1975 e os saraiis lutam desde essa data pela autodeterminação. A região aguarda um referendo desde que a ONU criou uma missão para o realizar, em 1991.



### Aminatou Haidar<sup>6</sup> com professores portugueses

Intervindo no encontro com professores e educadores portugueses, realizado no dia 9 de Novembro, na cidade de Coimbra, Aminatou Haidar denunciou, uma vez mais, “a repressão feroz das forças militares e policiais marroquinas contra a população civil” saharaii. Aminatou referia-se ao ataque – uma “bárbara agressão” – ao acampamento de Gdmeim Izik, nos arredores de El Aaiún, ocorrido na passada semana.

#### “Momento importante para esta causa”

A combatente saharaii recebeu de manhã a Medalha da Universidade de Coimbra, em sessão que contou com a presença do Magnífico Reitor, Professor Seabra Santos. Depois do encontro com os professores, seguiu para Lisboa a fim de participar na sessão da Assembleia Municipal. Entretanto no dia 10 de Novembro decorreu uma sessão pública na Reitoria da Universidade de Lisboa, com a participação de Aminatou Haidar. A sua deslocação ao nosso país transformou-se num “momento importante para esta causa”, como afirmou o Secretário Geral da FENPROF.

#### Solidariedade

No encontro da Casa da Cultura de Coimbra, Mário Nogueira recordou “a presença da Federação e de companheiros de outras organizações nos acampamentos saharais” (2009) e também a campanha de solidariedade iniciada no 10º Congresso da Federação Nacional dos Professores. O dirigente sindical sublinhou ainda a coragem e a determinação de Aminatou, que esteve 32 dias em greve da fome, no aeroporto de Lanzarote, acção que acordou o mundo para o mártir que vive o povo da República Árabe Saharaui Democrática: exilado no deserto ou perseguido na sua própria terra. A causa saharaii e o apoio a esta Mulher lutadora, recorde-se, mereceu a solidariedade activa do Nobel da Literatura português, José Saramago. “A situação que se vive nos territórios saharais ocupados pelas forças marroquinas é alarmante”, salientou Aminatou, que denunciou a política de extermínio que o Reino de Marrocos definiu para os saharais, perante a hesitação e o silêncio cúmplice de muitos... | JPO ●



### Missão sindical europeia no Sahara Ocidental

8 centrais sindicais de vários estados europeus estiveram em El Aaiun, capital do Sahara Ocidental, durante 3 dias. Uma delegação de sindicatos europeus, composta pelas centrais sindicais de Espanha (CCOO, Confederación Intersindical, USO), País Basco (ELA-STV), Galiza (CIG), França (CGT), Itália (CGIL) e Portugal (CGTP-IN), na base do acordo estabelecido na 36.ª Conferência Internacional de Solidariedade com o Sahara Ocidental, realizada em Novembro de 2010, em Le Mans, deslocou-se a El Aaiun de 23 a 25 do corrente mês de Janeiro

(...)

Durante a visita, a delegação sindical constatou a ausência de liberdades políticas, sociais e sindicais da população e dos trabalhadores e trabalhadoras saaraus, aos quais não é permitida a criação de organizações, associações e sindicatos que não estejam submetidos às directrizes governamentais marroquinas. Recebemos testemunhos de que permanecem detidos mais de cem saaraus por terem participado nos protestos do acampamento de Gdeim Izik. Constatámos também que a exploração dos recursos naturais saaraus não reverte em benefício da sua população (na criação de postos de trabalho, etc.). Queremos também denunciar o controlo policial a que estivemos submetidos. A polícia marroquina seguiu-nos em todas as nossas deslocações, gravando e fotografando as nossas actividades.

A delegação sindical expressou a sua solidariedade aos trabalhadores da Fosbu-



Vários policiais marroquinos caminham entre os restos do dismantelado acampamento de resistência saharauí perto de El Aaiún.

craa, que há meses se manifestam à frente da sede da Direcção da empresa, exigindo o reconhecimento dos direitos que derivam dos seus contratos de trabalho assinados com a empresa Fosbucraa, e que sejam adequadamente indemnizados pelos incumprimentos e discriminações pelo facto de serem saaraus.

(...)

Instamos a União Europeia para que tenha em conta estes princípios nas suas relações

com Marrocos, suspendendo o estatuto avançado com esse país. Exigimos que o governo espanhol, potência administrante do território, segundo a legislação internacional, exerça uma política de neutralidade activa, e se demarque das declarações da Ministra de Assuntos Externos e do Ministro da Presidência, favoráveis às teses marroquinas. ●

El Aaiun, 26 de Janeiro de 2011

### A conferência Mundial sobre os Direitos Humanos (Viena, 1993) veio a definir os direitos das mulheres como direitos humanos

"1-18. Os direitos humanos das mulheres e raparigas são uma parte inalienável, integrante e indivisível dos direitos humanos universais. A participação plena das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, cívica, económica, social e cultural, ao nível nacional, regional e internacional, bem como a eliminação de todas as formas de discriminação com base no sexo, constituem objectivos prioritários da comunidade internacional.

A violência com base no sexo e todas as formas de assédio e exploração sexual, incluindo as que resultam de preconceitos culturais, bem como o tráfico internacional, são incompatíveis com a dignidade e com o valor da pessoa humana, e devem ser, por isso, eliminadas. Tal poderá ser alcançado através de medidas legislativas e através da acção nacional e da cooperação internacional em áreas como o desenvolvimento económico e social, a educação, a maternidade segura, os cuidados de saúde e o apoio social.

Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das actividades das Na-

ções Unidas em prol dos direitos humanos, incluindo, designadamente, a promoção de todos os instrumentos internacionais de direitos humanos relativos às mulheres."

... As violações dos direitos humanos das mulheres em situações de conflito armado constituem violações dos princípios internacionalmente reconhecidos relativos aos direitos humanos e do direito internacional humanitário. Todas as violações deste tipo, em particular o assassinato, a violação sistemática, a escravidão sexual e a gravidez forçada, requerem uma resposta particularmente eficaz.

... A Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos reafirma, com base na igualdade entre homens e mulheres, o direito da mulher a cuidados de saúde acessíveis e adequados e ao maior leque possível de serviços de planeamento familiar, bem como a igualdade no acesso a todos os níveis de educação.

### O direito à educação é um dos direitos humanos fundamentais de promoção da igualdade de género e do desenvolvimento dos povos

Declaração de Navanethem Pillay, Alta Comissária das Nações Unidas Para os Direitos Humanos, antes do Conselho de direitos humanos por ocasião do dia internacional da mulher

8 De Março de 2011 – "igualdade no acesso à educação, formação, ciência e tecnologia: caminho para o empoderamento e a igualdade no emprego e na sociedade".

"Sr. Presidente, excelências, Minhas Senhoras e meus Senhores

Hoje as Nações Unidas e o mundo em geral comemoram o dia internacional da mulher. O tema global este ano, "igualdade de acesso à educação, formação e ciência e tecnologia: caminho para o trabalho decente para as mulheres", é de especial importância.

A actual agitação no Médio Oriente e norte da África ilustra apropriadamente a desconexão entre a qualificação dada pela educação e o acesso ao emprego e à justiça social. No núcleo das revoltas recentes, esteve a frustração de muitos homens e mulheres jovens, com educação devido à falta de postos de trabalho e à negação dos direitos e liberdades fundamentais. Não é de estranhar que as mulheres tenham desempenhado um papel fundamental nos movimentos de protesto. Reclamando o espaço público, elas estiveram na vanguarda das manifestações. Elas sabiam que as mulheres estavam a sofrer o máximo com a perpetuação do status quo.

As mulheres estão a exigir direitos, liberdades e democracia. Estão a utilizar os seus conhecimentos e determinação para ganhar influência e espaço. A coragem e a determinação das mulheres no Médio Oriente e Norte de África devem ser uma fonte de inspiração para todos nós, mulheres e homens, no seu esforço para atingir o pleno respeito pelos direitos humanos em geral e o direito à educação de meninas e mulheres em particular. A educação deve ser inclusiva

## Realidades globais

Quando medida em números de inscrição, a disparidade entre os sexos no ensino primário diminuiu globalmente na última década. No entanto, estamos longe do pleno cumprimento das obrigações legais e compromissos políticos. Uma em cada cinco meninas com idade de frequentar a escola primária não está na escola, enquanto cerca de um em cada seis meninos estão nessa situação. Mais de 55 milhões de meninas em todo o mundo não recebem qualquer tipo de escolaridade formal. Nos países menos desenvolvidos, as mulheres têm 30 por cento menos probabilidades de serem alfabetizadas do que os homens. A desigualdade de género existente na educação primária é amplificada no ensino secundário e superior. Segundo a UNESCO, em 2003, menos de um terço dos países consultados relatou a paridade de género entre estudantes universitários matriculados em cursos de primeiro grau. Nos campos de investigação, como ciência e engenharia, apenas três dos 47 países atingiram a paridade de género. ●



e acessível às meninas e meninos tanto na lei, como na prática. O nosso objectivo final deve ser criar um ambiente de empoderamento igual para mulheres e homens, que conduza à realização de todo o seu potencial e à promoção dos direitos de todos os seres humanos.

Normas, princípios e compromissos globais, normas e princípios de igualdade de género e não discriminação estão no cerne de todos os tratados de direitos humanos. A Declaração Universal dos direitos humanos reconhece que "Todos têm o direito à educação". Este princípio é reafirmado com força no Pacto Internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais, a Convenção sobre os direitos da criança, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e a Convenção da UNESCO contra a discriminação na educação.

Além de normas juridicamente vinculativas, os Estados assumiram compromissos explícitos na plataforma de acção de Pequim de UN, a quarta Conferência Mundial sobre as mulheres em 1995, que reconheceu a educação como um direito humano fundamental

e uma ferramenta essencial para alcançar relações de mais igualdade entre mulheres e homens. Além disso, com a adopção do desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2000, todos os membros das Nações Unidas se comprometeram a atingir a educação primária universal para meninas e meninos até 2015. Os Estados-Membros também concordaram em promover a igualdade de género e autonomia das mulheres, bem como trabalhar na eliminação da disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, de preferência até 2005 e em todos os níveis de ensino até 2015.

Em suma, poucas questões de direitos humanos, como o direito à educação, têm sido objecto de tal reconhecimento universal, descrição detalhada, em leis de direitos humanos, e compromissos de grande alcance.

COMEMORAÇÕES DOS  
100 ANOS  
DO DIA INTERNACIONAL  
DA MULHER  
8 DE MARÇO

Mulher em Gaza, Palestina







**A educação tem de ser flexível para que possa ser adaptada às necessidades dos estudantes, especialmente aqueles que sofrem desvantagens, particularmente em sociedades em mudança**

#### Os 4 As: Availability, accessibility, acceptability and adaptability (Disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade)

Senhoras e Senhores Deputados,

Mas as estatísticas, ilustrativas, pintam apenas uma parte da imagem. O direito à educação implica não só os dados de inscrição, mas também o que o primeiro relator especial da ONU sobre o direito à educação chamou os 4 As, ou seja: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade.

**Disponibilidade** implica recursos humanos, orçamentais e materiais suficientes e sua repartição equitativa.

**Acessibilidade** significa abertura a todos, especialmente aos grupos mais marginalizados e vulneráveis, igualdade de oportunidades e sem discriminação de qualquer espécie. Inclui a acessibilidade física – as instalações educacionais devem ter acesso seguro para todos. E nós sabemos que o risco de abuso e assédio no caminho para e da escola é elevado e é um dos maiores factores limitativo da continuação da educação de raparigas e jovens mulheres. Acessibilidade também inclui uma dimensão económica que nos lembra que, em muitos países, existe uma correlação directa e indirecta entre as propinas e os níveis de matrícula das raparigas, especialmente durante as crises económicas. Em tempos de dificuldades, as necessidades educacionais dos meninos são muitas vezes favorecidas em relação aos direitos das meninas.

O conteúdo e métodos de ensino têm de ser **aceitáveis**, relevantes, adequados e de boa qualidade também para as meninas. Assim, os Estados devem assegurar que os currículos escolares não perpetuem estereótipos e desigualdades de género.

O último critério, **adaptabilidade**, refere-se directamente ao tema global de hoje. A educação tem de ser flexível para que possa ser adaptada às necessidades dos estudantes,

especialmente aqueles que sofrem desvantagens, particularmente em sociedades em mudança, onde meninas e mulheres estão a quebrar os estereótipos de género e a levar para diante a sua plena participação na vida pública, profissional e política.

Em última análise, nós precisamos de verificar os efeitos concretos da educação na correcção da injustiça social, a desigualdade de género e a discriminação na lei e na prática, bem como os obstáculos às oportunidades de emprego.

Sr. Presidente,

Gostaria de concluir, reiterando que cada vez mais mulheres no mundo inteiro estão a tirar partido da educação para fazer valer os seus direitos e melhorar as suas vidas e as das suas famílias, comunidades e países. Mas os obstáculos no seu caminho para a capacitação são inúmeros, para meninas, bem como para as mulheres, sob a forma de leis e práticas discriminatórias que as afectam dia após dia.

É por isso que peço a todos nós para que façamos dos compromissos do dia internacional da mulher o assunto de todos os dias para melhorar a vida das mulheres e dos homens. Vamos exprimir a nossa solidariedade para com as mulheres em todos os cantos do mundo, que estão a trabalhar para uma mudança positiva nas suas famílias, comunidades e países. ●

#### Sugestões:

Sugere-se que esta temática seja tratada com os(as) alunos(as), por forma a que:

- Conheçam a história dos direitos humanos;
- Distingam os direitos contidos na Declaração dos Direitos Humanos
- Reconheçam os direitos das mulheres como direitos humanos fundamentais;
- Compreendam como o respeito pelos direitos das mulheres beneficia toda a sociedade;
- Distingam situações de violação dos direitos humanos;
- Proponham formas de solidariedade para com os povos e as pessoas que têm sido alvo de violação dos direitos humanos.

#### Bibliografia:

<http://www.amnistia-internacional.pt>  
<http://www.cgtp.pt>  
<http://www.cig.pt/>  
<http://www.eselx.ipl.pt/ciencias-sociais/tratados/1993.htm>  
<http://www.fenprof.pt>  
<http://www.ipad.mne.gov.pt>  
<http://www.mdm.org.pt>  
<http://www.missionofportugal.org>  
<http://www.unesco.pt>

1. A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos e fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações amistosas entre as nações, promover o progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta das Nações Unidas, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional.

2. Mistura de gasolina com uma resina bastante espessa da palmeira que lhe deu o nome, o napalm, que, em combustão, gera temperaturas superiores a 1.000 °C. É usado como arma química. Adere à pele, queimando os músculos e fundindo os ossos. Além disso, liberta monóxido de carbono, fazendo vítimas também por asfixia.

3. O fósforo branco é uma forma de fósforo, muito venenosa, que se inflama espontaneamente em contacto com o ar. Queima e ataca o sistema respiratório.

4. A localização dos campos de refugiados saharais, em pleno deserto, obriga à sua população a depender completamente do Plano Mundial de Alimentos (PMA), da Agência Europeia de Cooperação Humanitária (ECHO), do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e das ONG encarregadas da distribuição da ajuda externa, proveniente principalmente da ONU.

5. República Árabe Democrática do Sahara Ocidental

6. Activista dos direitos humanos e da causa Saharai, foi presa e torturada por diversas vezes pelas forças marroquinas. Foi protagonista, em Novembro de 2010, de uma greve de fome que mobilizou individualidades e organizações mundiais para o apoio à causa saharai. Foi laureada com vários prémios internacionais, incluindo: o prémio Direitos Humanos Juan Maria Bandrés (2006); Solidair Silver Rose Award (2007); prémio Direitos Humanos Robert F. Kennedy (2008); Civil Courage Award (2009). Também foi indicada para vários outros prémios de importância internacional, como o prémio Sakharov, indicação proposta pelo Parlamento Europeu, o prémio Fondo de Ginetta Sagan, indicação proposta pela Amnistia Internacional, ou a nomeação para o Nobel da Paz.



## Discussão da Petição por Concursos em 2011, na AR

# FENPROF regista posições dos partidos e renova o apelo à luta

JOÃO LOUCEIRO (Membro do SN da FENPROF)

No passado dia 17 de Março, a FENPROF acompanhou, com dezenas de professores, a discussão na Assembleia da República da petição “Pela realização de concursos de colocação de professores dos ensinos básico e secundário e de educadores em 2011”.

Relacionados com a Petição, estiveram em discussão, sendo votados hoje, dois projectos de lei com vista à realização de concursos ainda este ano (apresentados pelo PCP e pelo BE) e um projecto sobre a vinculação dos professores contratados com três ou mais anos de serviço (apresentado pelo PCP).

A FENPROF saúda as iniciativas legislativas acima referidas, sublinhando a importância de que elas se revestem para romper bloqueios que atingem as escolas públicas, incluindo os que decorrem das injustas mas continuadas opções pela precariedade a que sucessivos governos têm sujeitado milhares de professores e educadores contratados.

A FENPROF saúda ainda as posições assumidas pelas bancadas parlamentares do PCP, do BE e do PEV pela realização de concursos de ingresso e de mobilidade, de exigência de respeito por compromissos políticos assumidos neste sentido e contra a chaga da precariedade que atinge tantos docentes, situação agravada pelo propósito do Governo de se descartar de milhares destes profissionais.

A FENPROF lamenta que partidos que, em Abril, votaram favoravelmente resoluções que apontavam a realização de concursos, coloquem-se agora do lado da sua não realização, não obstante os graves prejuízos que

esta decisão deixa à vista. Assim sucede com o PS que invoca a disciplina orçamental para, seguindo o exemplo do seu governo, fugir aos seus próprios compromissos. Assim sucede com o PSD que aponta o dedo ao Governo mas que se esconde nesse gesto para nada fazer pela resolução do problema. Assim faz o CDS-PP que expressa agora a ideia de que os concursos, afinal, devem ser só no próximo ano, isto é, já depois do gigantesco despedimento de professores que o Governo pretende concretizar em Setembro.

A FENPROF condena as posições destes grupos parlamentares e, não obstante as saudações ouvidas aos petionários, considera que evidenciam um enorme desrespeito pelos professores, pela Escola Pública e por compromissos publicamente assumidos.

Perante o que foi presenciado pelos professores que acompanharam a discussão nas galerias da Assembleia da República, importa sublinhar a luta como o caminho para exigir medidas positivas para as escolas e profissão docente e para afirmar alternativas à situação política que enfrentamos. Um novo e reforçado apelo à mobilização dos professores e educadores é a conclusão principal que a FENPROF traz da Assembleia da República, a propósito da discussão da petição que promoveu. ●

PS, PSD e CDS uniram-se contra os professores:

### Nem concurso, nem vinculação!

Para que se conheçam, os resultados de tais votações foram os seguintes:

• **Projecto de lei para a realização de concurso em 2011** – iniciativa do BE

A favor: BE, PCP e PEV

Contra: PS

Abstenções: PSD e CDS

• **Projecto de lei para a realização de concurso em 2011** – iniciativa do PCP

A favor: PCP, BE e PEV

Contra: PS

Abstenções: PSD e CDS

• **Projecto de lei para a vinculação de professores** – iniciativa do PCP

A favor: PCP, BE e PEV

Contra: PS e PSD

Abstenções: CDS





## Só BE, PCP e “Os Verdes” apoiaram a solução do problema



### Declaração Política Ana Drago (BE)

17.03.2011

**Sobre Educação o projecto de Lei de vinculação de professores contratados e realização de concursos em 2011 (cortes da responsabilidade da Redacção do JF)**

Nos últimos 5 ou 6 anos, a precariedade laboral e o recurso a professores contratados

disparou de forma exponencial.

Desde 2005, com o movimento de reforma dos professores de quadro, (...) a contratação, sem integração nos quadros e na carreira, conduziu-nos a uma situação em que, hoje, cerca de um quinto dos docentes (...) serão professores contratados - precários.

(...) Creio, assim, que os petiçãoários se dirigem a esta Assembleia exigindo duas coisas. Em primeiro lugar - respeito. Respeito porque os professores contratados estão todos os dias (...) sujeitos às mesmas exigências, buscando o mesmo rigor, dando o melhor de si no serviço público educativo, ao lado de colegas de profissão que estão integrados nos quadros e na carreira - sem que o Ministério da Educação tenha por eles o mesmo respeito.

(...) E vêm exigir uma segunda coisa. Vêm dizer ao PS que tem de fazer com que a sua Ministra da Educação cumpra a sua palavra.

Quando Isabel Alçada chegou à 5 de Outubro assumiu o compromisso de fazer um concurso para a integração dos professores contratados. Foi isso mesmo que constou

das actas da negociação com as organizações sindicais - foi o entendimento, por parte dos dirigentes do ME, que era insustentável manter este nível de precariedade. Que não podemos, enquanto país, tratar assim os profissionais da escola pública.

(...) O que o Bloco de Esquerda traz a este debate é exactamente uma proposta neste sentido - que se faça a vinculação dos professores contratados, mediante o apuramento de vagas e das necessidades permanentes do sistema educativo. Horários completos que nos últimos 3 anos foram sempre colocados a concurso para preenchimento de necessidades transitórias (...) sempre ocupados por professores contratados, sejam considerados como necessidades permanentes do sistema educativo público. E que devem, assim, dar origem a um contrato de trabalho estável e à integração na carreira.

Propomos também que neste concurso seja permitida a mobilidade de professores de quadro, já que - como é sabido - no último concurso os professores integrados na categoria de titular ficaram excluídos. (...) ●

Utilizando as dificuldades financeiras do país como pretexto, o Governo prossegue a campanha obsessiva pelo desmantelamento da Escola Pública, ignorando as deliberações da Assembleia da República e a própria legislação.

Tendo com o objectivo a curto prazo a eliminação de mais de 30 000 horários e de mandar para o desemprego muitos milhares de professores, o Governo continua a impor nas escolas um clima de mal-estar generalizado, de desconfiança e competição, de instabilidade profissional, emocional e social junto dos professores e funcionários que se repercute pesadamente sobre os estudantes.

(...) um Governo que privatizou importantes componentes do currículo (...), atribuindo a empresas a leccionação destas áreas, com recurso a milhares de professores mal-pagos, precários e descartáveis. Ao mesmo tempo, promove a pulverização do sistema educativo com a municipalização, desresponsabilizando-se de uma função essencial do Estado.

(...) Este Governo determinou o fim da realização de concursos para ingresso e mobi-

lidade de professores e inclusivamente adia, com custos enormes para os estudantes, a realização dos concursos para a supressão das necessidades transitórias das escolas, o que significa que hoje mesmo, muitos estudantes não só não têm todos os professores, como não podem saber quando tornarão a ter.

(...) Tudo isto, o Governo fez com o apoio, mais ou menos declarado do PSD, ou não fosse a querela fingida entre uns e outros apenas uma expressão de uma espécie de inveja que sentem por serem uns a fazer o que outros gostariam.

(...) o PCP redobra o seu empenho no combate contra estas políticas (por exemplo, apresentando hoje mesmo para discussão dois projectos de lei para a integração dos mais de 20 mil professores contratados) e por isso mesmo, cada vez mais serão os que levantam contra a direita, contra o PS e o seu siamês PSD. Por isso mesmo é cada vez mais importante afirmar a necessidade de ruptura, de mudança, para construir uma Escola Pública ao serviço dos interesses das pessoas e do país. ●



### Declaração Política Miguel Tiago (PCP)

17.03.2011

**Sobre Educação a propósito da apresentação de dois projectos de Lei sobre vinculação de professores contratados e realização de concursos em 2011 (cortes da responsabilidade da Redacção do JF)**



A Redacção do JF, conhecidas as intervenções políticas na AR dos partidos que votaram favoravelmente pela realização de concursos em 2011 e pela vinculação dos docentes contratados, tentou obter também um depoimento da deputada **Heloísa Apolónia** (PEV). Tal foi impossível, pelo que pedimos as nossas desculpas. ●

## Congresso reafirma objectivos do SPN

ANTÓNIO BALDAIA  
(Membro do CN da FENPROF)

N uma altura em que a actividade sindical se desenvolve em condições fortemente adversas, o 7º Congresso dos Professores do Norte (Guimarães, 25 e 26 Fev., 354 delegados) constituiu um importante momento de reflexão, debate e aprofundamento de ideias em torno de dois objectivos estratégicos do SPN: a democratização do sistema educativo e a defesa dos interesses profissionais e sociais dos docentes e investigadores.

Tendo como lema **Escola Democrática: pública, solidária, para todos**, o congresso aprovou - com apenas uma abstenção - a resolução global que orientará a acção futura

do SPN e que reafirma a determinação de intervir activa e criticamente no sistema educativo, denunciando os problemas que o afectam e construindo propostas que tenham como prioridade a defesa e valorização da Escola Pública.

Reorganização dos ciclos de ensino e dos currículos; valorização das vias tecnológica, profissional e artística; universalização da Educação Pré-Escolar; Educação e Formação de Adultos; desqualificação e *funcionarização* da profissão docente; introdução de lógicas *gerencialistas* e de mercado na gestão das escolas e das universidades; avaliação de desempenho; horários de trabalho; precariedade e desemprego docente; concursos; contagem integral do tempo de serviço; formação contínua; e regime de aposentação - são algumas das questões destacadas na resolução e que serão objecto de particular atenção pelo SPN.

O acompanhamento dos trabalhos pelos delegados, a vivacidade do debate, o confronto democrático de opiniões e a unidade na aprovação dos documentos, destacam-se como aspectos mais positivos do congresso. Ao invés, o défice de participação nos seminários preparatórios e nas reuniões para eleição dos delegados constitui um



Foto: João Paulo Coutinho

sério motivo de preocupação, apesar das explicações possíveis.

Referência, ainda, para o momento cultural do congresso - em que Vitorino, Dany Silva (Cabo Verde) e Pepe Ordás (Cuba) deram voz à poesia de Paulo Suceana, num conjunto de canções compostas expressamente para a ocasião - e para duas iniciativas editoriais, do SPN e da Profedições: por um lado, a transcrição em livro das intervenções dos especialistas, investigadores e dirigentes sindicais que animaram os seminários preparatórios; por outro, a apresentação de «A Educação na República», reunindo 24 textos de Licínio Lima anteriormente publicados em diversos meios de comunicação social. ●

Pub

Em cada mês mais paixão

**EDUCADORES DE INFÂNCIA**  
N.º 48  
Abril  
MÊS DO LIVRO  
4 Posters

REGGIO EMILIA  
Jogos didácticos  
Dia das mentiras  
Crescer no creche

**The Teacher's Magazine**  
Language  
Stepping Stones  
Didactic resources close at hand

▶ À venda, em todos os quiosques. Reserve-as já!





12 de Março: depois do plenário do Campo Pequeno, milhares de professores estiveram à porta do ME onde, mais uma vez, garantiram que não aceitam os ataques do Governo à profissão e à escola pública. Como prova o "chumbo" da AR às alterações curriculares, vale a pena lutar!

## FENPROF em conferência de imprensa AR suspendeu alterações curriculares

**"Hoje é um dia importante para a escola e para os professores", foi assim que Mário Nogueira abriu a conferência de imprensa realizada no passado dia 4 de Março, após a reunião de dois dias do Secretariado Nacional da FENPROF.**

O dirigente sindical comentava a tomada de posição da Assembleia da República que anulou as alterações curriculares que o Governo tinha aprovado em Conselho de Ministros e imposto através de um decreto-lei publicado no dia 2 de Fevereiro. "A cessação da vigência é, de facto, uma vitória em primeiro lugar para a escola e o ensino e também para os professores", afirmou o Secretário Geral da FENPROF. "Era um decreto lei orientado num só sentido: a poupança, o economicismo, à custa da dispensa de professores e com consequências na qualidade do ensino", acrescentou.

Recorde-se que aquelas alterações curriculares apontavam para alterações ao Estudo Acompanhado e Área Projecto e ao fim do par

pedagógico em EVT. "Curioso é que quando se soube ontem (3 de Março) que a Assembleia da República poderia tomar esta posição, de cessação da vigência, as primeiras reacções que a senhora ministra trouxe a público ficaram-se por este lamento: isto agora vai ficar muito caro!", observou Mário Nogueira.

Acompanhado na Mesa deste encontro com a comunicação social pelos dirigentes António Avelãs (SPGL), Abel Macedo (SPN), Anabela Sotaia (SPRC), Joaquim Páscoa (SPZS) e António Lucas (SPRA), o Secretário Geral da FENPROF criticou "o rumo economicista, puro e duro" que marca a actuação do Governo no plano das políticas e das funções sociais do Estado e registou: "Hoje não temos políticas educativas. Quem decide, quem define não está no Ministério da Educação. Não temos interlocutor. Quem impõe normas é o Ministério das Finanças".

### Cortes salariais não bastam...

O ataque ao emprego docente está enquadrado por uma política de corte orçamental decidida politicamente: "o Governo cortou 803 milhões na Educação. 160 milhões são obtidos com os cortes nos salários. Onde é que vão buscar o restante?" Mário Nogueira esclareceu ainda que, de facto, "é preciso desenvolver uma reorganização curricular", mas na base de um "planeamento responsável e rigoroso", tanto mais que a escola

pública portuguesa tem "importantes desafios, a começar pela escolaridade de 12 anos" (os primeiros alunos que vão ser abrangidos, lembrou, já estão no 8º ano). Trata-se de uma "caminhada que exige que se repense o desenho curricular – a par de questões fundamentais como as competências, os programas, a avaliação dos alunos, entre outras matérias – e "isto tem de ser pensado com tempo. Exige um debate alargado na sociedade portuguesa". Mega-agrupamentos e encerramento cego de escolas: o país do litoral e o país do interior.

Nas declarações prestadas aos jornalistas, Mário Nogueira também chamou a atenção para os problemas que se vivem em matéria de rede escolar, criticando o encerramento cego de escolas e a imposição de mega-agrupamentos.

"Muitos centros educativos estão parados, não há verbas. Há crianças à beira de novas deslocações", observou, referindo ainda aspectos como "as distâncias que as crianças são obrigadas a percorrer diariamente" e as ambiguidades nas respostas sociais.

"Em 2010, com a constituição de 84 mega-agrupamentos e o encerramento de 701 escolas, 5 000 professores ficaram fora do sistema", recordou, lembrando que o Governo quer agora avançar para mais 283 agrupamentos e para o encerramento de 600 escolas, o que poderá provocar a anulação de qualquer coisa como 15 mil horários de professores.

"Foram constituídos agrupamentos com 3 000 alunos, com distâncias de dezenas de quilómetros de distância entre as respectivas escolas. Que ensino é este?", interrogou Mário Nogueira, que alertou para os efeitos das unidades de ensino como os mega-agrupamentos ao nível da qualidade educativa e das aprendizagens dos alunos. Países onde as autoridades têm realmente preocupação com o sucesso escolar não permitem o funcionamento de estabelecimentos com mais de 500 alunos.

Em recente reunião com o Secretário de Estado da Educação, a FENPROF ouviu que ainda está por fazer a avaliação do que se passa. "Mesmo assim, avança-se no caminho dos mega-agrupamentos e no ataque ao emprego docente", observou. "Devemos racionalizar e rentabilizar, certamente. Mas não se pode cortar no que tem a ver com o sucesso dos alunos e com a qualidade educativa". Sobre a realidade dos 84 mega-agrupamentos, "a FENPROF fez um estudo, cujos resultados vamos divulgar publicamente em 6 de Abril". "Vamos mostrar, com rigor, o que se passa nesses estabelecimentos de ensino". "Esta", registou Mário Nogueira, "é outra das matérias em que a Assembleia da República também poderá intervir".

### "ME quer anular todas as possibilidades da escola se organizar!"

Depois de referir que as regras que o ME quer impor para o ano lectivo 2011-2012 "retiram às escolas condições para a sua organização e para o desenvolvimento dos seus projectos" ("como pretende o Ministério que uma escola funcione com a redução de 150 para 4 horas de créditos?"), o Secretário Geral da FENPROF alertou: "O ME quer anular todas as possibilidades da escola se organizar devidamente!". A título de exemplo, apontou a situação do desporto escolar, revelando que será lançado um abaixo-assinado.

O ataque do ME em relação aos horários de trabalho dos professores ("é preciso respeitar as componentes do horário do professor!"), a greve ao serviço docente extraordinário ("é uma greve difícil, atinge sempre as mesmas turmas, mas é uma luta que tem de se fazer"), a avaliação do desempenho e o combate contra os cortes nos salários ("um pouco por todo o país, colectivos de escolas vão reclamar em acções a desenvolver junto dos tribunais"), foram outros temas salientes no encontro com os profissionais da comunicação social, realizado na sede da FENPROF/SPGL.

### Greve às horas extraordinárias

"É muito elevada a importância desta greve às horas extraordinárias. Os professores compreendem que em causa está muito mais do que o valor da hora extraordinária ou a sua fórmula de cálculo. Em causa está o horário de trabalho dos professores", realçou o dirigente sindical. Se o valor da hora lectiva extraordinária se fizer sobre as 35 horas (como o ME está a impor) e não sobre o

horário lectivo (como estabelece a lei), não era considerada a componente de trabalho individual que envolve a actividade lectiva. Ou seja, a preparação das aulas e o trabalho que delas decorre, seria feito para além do horário de trabalho do professor.

Para além da redução do valor da hora extraordinária em mais de 30% e da ilegalidade presente na alteração da fórmula de calcular essa hora, em causa está o próprio horário de trabalho dos docentes e a sua organização em três componentes principais: trabalho lectivo, trabalho de estabelecimento e trabalho individual e as condições em que se desenvolve. Mário Nogueira referiu ainda: "O projecto de despacho do Ministério da Educação sobre a organização do próximo ano lectivo prevê a eliminação das horas de trabalho individual (8, 10 ou 11). Ou seja, prevê que, na prática, todo o trabalho individual (preparação de aulas, elaboração de materiais, correcção de trabalhos e testes, reuniões, entre outras actividades) seja feito para além das 7 horas de trabalho diário/médio (35 semanais), impedindo o docente de ter vida pessoal.

O que está a ser feito com as horas extraordinárias é a antecipação disso mesmo." E concluiu assim esta passagem: "Ninguém aguenta isto. Não há super-homens nem super-mulheres..."

### Avaliação: o conflito instalou-se

A propósito da avaliação do desempenho, Nogueira afirmou que o modelo do ME "não é aceitável", salientando ainda: "O conflito instalou-se nas escolas!". Estão à vista de todos - menos do ME... - os efeitos dum "modelo muito burocratizado", gerador de conflitos e de instabilidade: "as pessoas são concorrentes, não há avaliação cooperativa". Cerca de uma centena de escolas já pediu a suspensão deste modelo de avaliação do desempenho, "assunto que já levámos à AR".

### Consulta aos professores

Até ao final do ano, o tempo é de acção e luta. A política do Governo, marcada por constantes ataques à escola pública e aos professores, não deixa outro caminho, como assinalou o dirigente sindical.

Nesse sentido, a FENPROF vai dinamizar uma consulta nacional aos professores e educadores, levando ao debate os contornos dessa luta e os compromissos a assumir pelos docentes no sentido da sua orientação e concretização. "É nossa responsabilidade perceber que a qualidade do ensino está a ser posta em causa", afirmou o Secretário Geral da FENPROF. "Temos que reforçar este alerta a toda a sociedade, mobilizando, informando, apelando à participação de todos", destacou. "Queremos que este país tenha futuro!" "Roubam o salário, roubam a estabilidade profissional e também querem roubar o futuro", alertou Mário Nogueira, destacando que "queremos que este país tenha futuro" e que para isso é preciso investir numa das bases fundamentais da sociedade: a educação.

"Não se consegue construir futuro nenhum se o presente for destruído", concluiu. | JPO ●



NO ALVO

### A verdadeira dimensão do desemprego

O IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) divulgou recentemente os dados do desemprego registado, revelando que no final de Fevereiro permaneciam inscritos nos centros de emprego mais de 555 mil desempregados. Segundo estes dados houve diminuição do desemprego em termos homólogos e mensais, mas o desemprego feminino aumentou, nomeadamente entre mulheres mais escolarizadas, tal como aumentou o desemprego de longa duração e o número de desempregados à procura do primeiro emprego. Verificou-se também uma subida do desemprego na Madeira, nos Açores e no Algarve. Entretanto o peso dos contratos a termo no desemprego registado atinge cerca de 38% dos desempregados que se inscreveram ao longo do mês, porque o seu contrato de trabalho terminou. Alertando para a realidade, a *Inter* sublinha que os dados do IEFP mostram um quadro parcial do desemprego, uma vez que subavaliavam a verdadeira dimensão deste problema. Se compararmos o desemprego registado com os dados do INE verificamos que existe uma discrepância de alguns milhares entre o desemprego apurado pelas duas instituições, que tem vindo a crescer ao longo do tempo, o que não é justificável meramente pela diferente natureza das fontes. Assim, usando os dados mais recentes (referentes ao 4º trimestre de 2010), verifica-se que o desemprego apurado pelo INE é superior em mais de 72 milhares ao registado pelo IEFP no mesmo período, explica a CGTP-IN. Tal facto, acrescenta a Central, não está dissociado de muitos desempregados não se inscreverem nos centros de emprego por não confiarem na capacidade do serviço público de emprego para encontrar soluções de emprego ou mesmo de formação. Outros, porque tendo esgotado o subsídio de desemprego, não vêem possibilidade de encontrar trabalho através do IEFP, deixam de responder às convocatórias de confirmação da sua situação de desemprego e por isso são riscados das estatísticas. ●





# Jornada histórica de A a Z

## A Animação

A jornada de 12 de Março conheceu a animação e o colorido de centenas de bandeiras. Nas bancadas do Campo Pequeno surgiram várias "ondas", nos momentos que antecederam as intervenções dos dirigentes sindicais. Muitos professores de EVT também contribuíram para essa animação especial. Luta e confiança no futuro marcaram a tarde neste regresso dos professores ao Campo Pequeno.

## Auscultação (e debate)

Como revela a moção aprovada no Campo Pequeno, será desenvolvido um amplo processo de auscultação e debate nas duas primeiras semanas do 3.º período, que levem à tomada de decisões sobre as acções e as lutas a desencadear até final do ano lectivo e no início do próximo.

## Avaliação

O regime de avaliação imposto pelo ME esteve particularmente em foco na jornada sindical de 12 de Março, tanto nas intervenções dos representantes das organizações que integram a Plataforma de Sin-

dicatos de Professores, como na moção aprovada, como ainda nas palavras de ordem ouvidas no Campo Pequeno e depois no cerco ao M.E. "Injusto", "burocrático", "gerador de conflitos e problemas" - este é o perfil da avaliação à moda do ME de Isabel Alçada.

A propósito, Mário Nogueira afirmaria a dado passo: "Uma avaliação que, congeladas as carreiras, reduzidos os salários, anulados os concursos, despedidos os contratados, suspensas as bonificações de tempo de serviço, serve para quê que não seja para incomodar as escolas e distrair os professores? É um modelo injusto, burocrático, gerador de desigualdades, conflitos e de problemas nas escolas. É um modelo a que a esmagadora maioria dos professores não aderiu e a prová-lo estão os 40% que o ME diz terem requerido a avaliação completa. Deu esse número como correspondendo a uma grande adesão, mas retirem-se daí os professores obrigados a requererem-na por se encontrarem nos 2.º e 4.º escalões, os que estando no 6.º procuram não ficar sujeitos a vagas para progressão ao escalão seguinte e os professores contratados que são pressionados pelo concurso... encontramos, então, a verdadeira dimensão da adesão. Por outro lado, e isso parece não ver o ME, já em cerca de centena e meia de escolas e agrupamentos foram tomadas posições críticas

do modelo e exigida a sua suspensão e substituição imediata, exigência que é plenamente assumida por estes Sindicatos de Professores".

## B Basta!

"*Nós dizemos: basta!*" - mais do que uma palavra de ordem, foi um estado de espírito, um *sobressalto cívico* em que milhares de profissionais da educação e do ensino afirmaram, de novo, que não aceitam mais precariedade, roubos mensais no salário e degradação do nível de vida, aumento de impostos, congelamento das carreiras, agravamento das condições de aposentação e redução das pensões. Basta!

## C Competência

Na moção aprovada no gigantesco plenário, os professores e educadores apontam a necessidade de uma equipa ministerial com competência política para negociar, tomar decisões em função dessa negociação e aplicar medidas que defendam os direitos e interesses dos cidadãos e o futuro do país.

## Concursos

A exigência de concursos em 2011 está bem presente na luta nos professores. Em 12 de Março, tanto no Campo Pequeno como na Av. 5 de Outubro, ouviu-se o protesto contra "o agravamento da instabilidade decorrente da anunciada anulação do concurso em 2011".

## Crise...

Como lembrou Mário Nogueira, a crise existe para os mais de 750 mil desempregados, dos quais cerca de meio milhão vive do absolutamente nada; a crise existe para aqueles, cada vez mais, que recebem o salário mínimo de 485 euros brutos mensais; a crise existe para os pobres a quem roubaram o abono de família, e existe para os idosos que já não têm dinheiro para pagar os medicamentos que os mantêm vivos... a crise existe, colegas, para os jovens que não têm emprego, não têm direitos e têm salários miseráveis; para aqueles a quem roubam o presente e querem roubar o futuro. Estes jovens são os nossos filhos, os nossos alunos, os nossos colegas...

## D "Deixem-nos trabalhar"

Foi uma das palavras de ordem ouvidas durante o plenário, tal como: "Hoje e sempre professores presentes!"

## Despedimentos

Está em preparação, já para Setembro, o maior despedimento de sempre de professores, ainda que, tecnicamente, não se chame assim. Um despedimento que resulta de medidas tomadas exclusivamente para esse efeito, que têm um impacto muito negativo na capacidade de organização e funcionamento das escolas, bem como na sua matriz inclusiva, que põem em causa a qualidade educativa, que prejudicam muito os alunos e que nos causam enorme preocupação sobre o futuro do país (*da intervenção do Secretário-Geral da FENPROF*).

## E Emprego

A moção aprovada e as intervenções dos dirigentes sindicais abordaram com grande relevo a questão da luta em defesa do emprego docente. As regras do ME para a organização do próximo ano lectivo, o agravamento dos horários de trabalho dos docentes, os mega-agrupamentos, os encerramentos de escolas, são exemplos

de uma ofensiva que tem como primeiro objectivo a eliminação dos postos de trabalho.

## F FMI

"O nosso protesto é hoje muito importante, até por se seguir ao dia em que Teixeira dos Santos anunciou um novo PEC (...) É do FMI que deveremos estar aterrorizados? Ou, hoje, o que nos deve assustar é esta política, é este Governo que destrói o que este país tem de melhor: o seu tecido produtivo, as suas riquezas e o seu povo? Não podemos aceitar esta rota de destruição porque se alguém está a abrir portas ao FMI é o Governo com a sua política, é José Sócrates com as medidas impostas pelos alemães", realçou Mário Nogueira.

## G Greve

(às horas extraordinárias)

Porque a acção e a luta são fundamentais para resistir e inverter a actual situação, o plenário nacional decidiu reforçar a greve às horas extraordinárias, considerando-a uma "luta determinante na defesa do horário de trabalho". Como referiu Mário Nogueira, "a greve [às horas extraordinárias] que ainda está na sua fase de arranque é isso mesmo que contesta: a não consideração da componente individual de trabalho como parte integrante do horário dos professores. É grave a ilegalidade, é grave a redução de 30% do valor da hora extraordinária, é grave que esse valor ainda faça reduzir mais o vencimento-base, mas o mais grave ainda é este princípio sobre a organização do horário de trabalho ser posto em causa... Se não lutarmos agora, se não protestarmos fazendo greve às horas extraordinárias - que não é fácil, mas é indispensável, depois de ter sido fechada, pelo ME, a via negocial - perdemos legitimidade para, no início do próximo ano escolar, reclamarmos um horário ajustado, coerente e adequado à actividade pedagógica que desenvolvemos".

## H Hoje...

"... é o primeiro dia do resto das nossas lutas", destacou o Secretário geral da FENPROF na tribuna do plenário. Mário Nogueira afirmaria ainda a propósito da necessidade da luta: "perante um panorama tão mau

e tão negativo, o que devemos fazer? É nossa convicção que - como emigrar não queremos, aposentarmo-nos ou mudar de vida não podemos e fugir não faz o nosso feito - só nos resta um caminho: lutar. Lutar em primeiro lugar, depois lutar e por fim continuar a lutar... e quando as forças nos faltarem, puxar das pouquinhas que ainda encontrarmos no saca azul do nosso ânimo... e lutar até que as coisas conheçam outro rumo"

## Horários

"Contra a ilegalidade e arbitrariedade", em relação aos horários de trabalho - este foi uma das mensagens em destaque na decoração do Campo Pequeno para esta histórica jornada dos professores, uma "exemplar resposta à maior ofensiva jamais desencadeada contra a Educação em Portugal", como referiu Mário Nogueira.

## I Interesse (nacional)

A resolução aprovada no plenário exige que "o Governo português defenda o efectivo interesse nacional e deixe de resolver os problemas da economia atacando quem já pouco tem, para proteger os que não abdicam de lucros que, apesar das constantes alegações de crise, não param de crescer".







## Isolamento (do ME)

Na sequência da deslocação dos participantes no plenário para a Av. 5 de Outubro, o Ministério da Educação foi envolvido por um cordão humano, que o deixou isolado. Assim, os professores mostraram aos responsáveis do Ministério e à opinião pública como é cada vez maior o seu isolamento em relação às escolas e aos docentes e também à comunidade educativa em geral.

## J Juventude

Na intervenção de Mário Nogueira os problemas da juventude e dos jovens professores marcam presença saliente. O Secretário Geral da FENPROF manifestou a solidariedade sindical para todos os que estão em luta contra as nefastas políticas do Governo, incluindo os que “estão hoje em Lisboa (e noutras localidades) a manifestar o seu protesto e a sua exigência”. Sobre os direitos dos jovens Mário Nogueira afirmou: “Não é por acaso que alguns políticos e comentadores do regime dizem ser as gerações mais velhas as culpadas pela situação. É que, com esse discurso, desviam a atenção da verdade. O problema não é haver trabalhadores com emprego, com carreira profissional ou com salário que lhes permite viver e não apenas sobreviver. O problema é haver trabalhadores sem esses direitos! O que pretendem esses políticos e tais comentadores não é que se reconheçam direitos a quem os não tem, querem é, isso sim, roubar a quem os tem, mesmo sendo cada vez menos”.

## L Lisboa

Lisboa é palco de grandes jornadas de unidade, acção e luta em Março e Abril (para já...). Depois do plenário dinamizado pela

Plataforma dos Sindicatos de Professores em 12 de Março, tivemos no passado dia 19 de Março a gigantesca manifestação promovida pela CGTP-IN e teremos em 2 de Abril a Marcha pela Qualidade da Educação, em defesa da Escola Pública. A luta não pára.

## M Marcha (de 2 de Abril)

Os professores e educadores presentes na jornada do Campo Pequeno decidiram, como destaca a moção ali aprovada, envolver-se empenhadamente na promoção do Manifesto “Investir na Educação, defender a Escola Pública” e na mobilização para a Marcha “pela qualidade da Educação, em defesa da Escola Pública”, que se realizará no próximo dia 2 de Abril, em Lisboa.

## Moção

Na moção aprovada no Campo Pequeno os professores e educadores exigem o respeito pelos seus direitos e pelos interesses da Escola Pública, uma verdadeira política para uma escola de qualidade.

## N Nunca...

Nunca, como hoje, foram tantas e tão graves as medidas impostas às escolas e aos professores. Nunca, como hoje, a Escola Pública foi tão posta em causa. Nunca, como hoje, a Educação de qualidade

correu tantos riscos. Nunca, como hoje, os professores e educadores foram tão atacados nos seus direitos, na sua carreira, nos seus salários, na sua profissionalidade.

## O Organização (do próximo ano lectivo)

As intervenções ouvidas no plenário alertaram para as manobras do ME em torno da organização do próximo ano lectivo, com as escolas a serem espoliadas de horas para se organizarem e desenvolverem projectos e os professores a perderem as horas para trabalho individual, passando o seu horário real a ser de 50 a 60 horas semanais!...

## P Panos

Vários panos afixados na parte superior da Praça do Campo Pequeno sintetizavam algumas das preocupações que hoje mais se vivem nas escolas. Alguns exemplos: “Avaliação: suspensão já!”, “Por uma escola de qualidade”, Gestão: vamos reconquistar a democracia”.

## Papel dos sindicatos

É verdade que as mudanças não se constroem apenas com a força organizada dos trabalhadores, que são os Sindicatos, mas que não haja qualquer dúvida que sem eles, sem essa força organizada, excluindo-os ou agindo à sua margem não se

constroem as mudanças que são precisas. Podem construir-se outras, e o governo actual tem construído muitas, mas não as que o país precisa e o seu povo anseia (da intervenção de Mário Nogueira).

## Q Queremos (defender a profissão a a escola pública)

A reportagem do JF recolheu vários depoimentos de professores e educadores de todo o país ao longo desta jornada. Fernanda Castro, docente na Grande Lisboa (Oeste), não hesitou: “Estamos aqui porque queremos defender a nossa profissão e a escola pública. Estamos aqui para dizer à senhora ministra e aos governantes que tudo faremos para lutar por estes dois objectivos e podem a certeza: por nós, não vão ter vida fácil!...”

## R (Professores na) Rua

O único objectivo das medidas que estão a ser impostas, denunciou Mário Nogueira no Campo Pequeno, “é pôr professores na rua, foi o lamento de Isabel Alcada a propósito do chumbo das alterações curriculares: onde se vão buscar os 43 milhões de euros que não se reduzem? São 43 milhões de euros de professores e, principalmente, de professores de EVT, grupo que o governo quer dizimar, mas que tem sabido desenvolver uma importante luta, não só em defesa do emprego, mas também

em defesa da sua disciplina. Afirmar, como afirmou Sócrates há dois dias, que o par na EVT é anti-pedagógico não parece ser apenas conversa, demagogia ou discurso político. É ignorância. Só por ignorância se pode afirmar o que Sócrates afirmou!”



## S Solidariedade

Ao Campo Pequeno chegaram vários testemunhos de solidariedade para com a luta dos professores. Também estiveram presentes elementos da direcção do Movimento da Escola Moderna (MEM), de partidos com assento parlamentar, da CGTP-IN (Carvalho da Silva) e de outras entidades. Na acção junto ao ME, na 5 de Outubro, o dirigente da CGTP-IN teve oportunidade de dialogar com os profissionais da comunicação social, destacando a importância da luta dos professores em defesa da sua dignidade profissional e da escola pública.





## T Tomadas de posição (contra o modelo de avaliação do ME)

Especialmente antes do período das intervenções, foram referidas na tribuna do plenário as escolas que já assumiram tomadas de posição contra o modelo de avaliação do ME. Júlia Vale, do SN da FENPROF e da Direcção do SPN, uma das animadoras de serviço, deixou no plenário de Campo Pequeno um forte apelo a que este movimento cresça com a adesão de “mais escolas”.



## U Unidade

A jornada de 12 de Março de 2011 confirma a força da unidade na acção dos professores e educadores portugueses, na luta “por uma escola melhor”, como realça a moção aprovada no Campo Pequeno. Para 2 de Abril, na Marcha pela Educação, esse espírito de unidade voltará às ruas.

## V Vénias (de Sócrates à senhora Merkl)

Alertando para as consequências da política dos mega-agrupamentos e encerramentos cegos de escolas, que “segundo o Governo, só este ano, permitiram reduzir 5 000 docentes”, Mário Nogueira afirmaria ainda: “Já era intenção do Governo prosseguir com tais medidas, mas é de tal ordem significativo o impacto no emprego que o Governo as integrou no novo PEC (anunciado dia 11), e que mereceu o visto prévio dos senhores do euromarco e a assinatura da senhora Merkl junto de quem Sócrates se destaca como o mais obediente e servil governante europeu”.

## Vítimas?

Como destaca a moção aprovada, “conscientes de que a redução de gastos na Educação passa, essencialmente, por re-

duzir os custos com os docentes – cortando nos seus salários e eliminando postos de trabalho – os professores e educadores presentes rejeitam ser vítimas deste ataque movido pelo governo que os transformou em alvo central”.

## X XXI (Século)

Esta etapa do século XXI está a ser marcada pela crise. No nosso país, como referiu Mário Nogueira, “a crise existe mas não é para todos”...

## Z Zumbido

Alguns políticos de direita e comentadores do regime continuam a fazer um enorme zumbido em torno dos direitos sociais, apontando as gerações mais velhas como as culpadas da situação que hoje afecta a juventude. Mário Nogueira comentou este assunto no Campo Pequeno, referindo a dado passo: “Com esse discurso desviam a atenção da verdade. O problema não é haver trabalhadores com emprego, com carreira profissional ou com salário que lhes permite viver e não apenas sobreviver. O problema é haver trabalhadores sem esses direitos! O que pretendem esses políticos e tais comentadores não é que se reconheçam direitos a quem os

não tem, querem é, isso sim, roubar a quem os tem, mesmo sendo cada vez menos. A intenção deles é que os direitos de quem trabalha se transformem em lucros e privilégios ainda maiores de quem já muito tem e tudo pode.” | JPO ●

Em [www.fenprof.pt](http://www.fenprof.pt), toda a informação sobre a jornada de 12 de Março: reportagem, vídeo, fotografias e versões integrais da moção aprovada e da intervenção de Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF e porta voz da Plataforma de Sindicato de Professores.

# Cortes salariais e ao congelamento da progressão na carreira Resposta jurídica da FENPROF

FÁTIMA ANJOS (Jurista. Gabinete Técnico-Jurídico da FENPROF)

**Como foi anunciado no JF, do passado mês de Janeiro, a FENPROF decidiu encetar um conjunto de procedimentos jurídicos destinados a impugnar as ilegalidades decorrentes da aplicação dos cortes salariais e do congelamento na carreira.**

São alvo dessas ilegalidades os associados dos Sindicatos que integram a Federação (tais procedimentos tiveram a forma de providências cautelares, acções administrativas comuns e especiais, reclamações junto dos Directores das Escolas e exposições junto do Provedor de Justiça).

Das 12 Providências Cautelares antecipatórias interpostas ainda só foram dadas a conhecer quatro sentenças no sentido do seu não decretamento continuando, portanto, a aguardar-se as que virão ainda a ser proferidas. Contudo, é importante esclarecer que o não decretamento das Providências Cautelares não significa o reconhecimento judicial da constitucionalidade da questão material em discussão (cortes salariais). Essa questão só será apreciada em sede das acções principais de que aquelas Providências Cautelares dependem, cuja apresentação nos tribunais competentes irá ocorrendo à medida que forem proferidas decisões no âmbito daquelas.

É de frisar que estas acções judiciais (acções administrativas comuns) irão ser interpostas (tal como sucedeu com as Providências Cautelares), por cada um dos sindicatos da FENPROF, em defesa dos interesses colectivos dos respectivos associados que auferem remunerações superiores a 1500 euros.

Entretanto e tendo em conta que as reclamações apresentadas pelos docentes abrangidos pelos cortes salariais, junto das respectivas entidades processadoras de vencimentos, não têm merecido acolhimento, decidiram também os mesmos Sindicatos proceder à interposição de acções administrativas especiais destinadas à impugnação do acto administrativo de processamento das remunerações e abonos respeitantes ao mês de Janeiro, de 2011 e dos actos referentes

aos meses seguintes do mesmo ano, com efeito reductor relativamente às remunerações e abonos respeitantes ao mês de Dezembro de 2010.

Este meio processual sustenta-se, não só nas inconstitucionalidades dos artigos 19º, nº 1 e 4, a), da Lei do Orçamento para 2011, (já enunciadas no “Jornal da FENPROF”, do passado mês de Janeiro), como também nas que decorrem da violação do princípio da igualdade, constante do artigo 13º, da C.R. e do princípio da proporcionalidade, que decorre do artigo 18º, nº 2, da mesma Lei Fundamental.

### O que está em causa

O objectivo que se pretende alcançar com estas acções judiciais é o da anulação dos mencionados actos de processamento de remunerações e abonos, com a consequente condenação dos réus (Ministério da Educação e Estabelecimentos de Ensino Superior Público), o restabelecimento da situação que existiria se tais actos não tivessem sido praticados e o pagamento de juros de mora legais que forem devidos aos lesados. Ainda quanto a esta matéria foi decidido deixar ao critério de cada Sindicato a interposição destas mesmas acções judiciais em defesa dos interesses colectivos ou em defesa dos interesses individuais dos seus associados.

Finalmente, refira-se que, no que concerne aos efeitos da Lei do Orçamento, de 2011 na progressão da carreira dos docentes, concretamente no caso dos que iriam completar seis anos de serviço, no índice 245, depois de 1/1/2011, também se entendeu ser adequada a interposição, por cada um dos mesmos Sindicatos, de acções judiciais, em representação dos interesses colectivos dos associados que se encontrem nessa situação, com vista à tutela dos seus direitos e interesses legítimos. O recurso a esta via judicial também se justifica, neste caso, por se considerar que a ultrapassagem na progressão na carreira, de que estes docentes serão alvo, por outros com menos tempo de serviço, configura também a violação inequívoca de princípios com assento constitucional, como sejam o princípio da confiança, insito no princípio do Estado de Direito Democrático e os princípios da igualdade e da proporcionalidade. ●



“O objectivo que se pretende alcançar com estas acções judiciais é o da anulação dos mencionados actos de processamento de remunerações e abonos, com a consequente condenação dos réus (ME e Estabelecimentos de Ensino Superior Público), o restabelecimento da situação que existiria se tais actos não tivessem sido praticados e o pagamento de juros de mora legais que forem devidos aos lesados.”



## Madeira Modelo de avaliação do desempenho é tão mau como o nacional

NÉLIO DE SOUSA (Direcção do SPM)



**A primeira proposta de modelo de avaliação do desempenho docente está em cima da mesa negocial, na Madeira. O modelo madeirense, que é tão mau como a nacional, vai gerar os mesmos problemas.**

**N**esse momento, o Continente pede a suspensão e os Açores a revisão dos seus regimes de avaliação do desempenho.

Será que a Região Autónoma da Madeira não deveria corrigir certas opções da sua proposta, isto é, aprender com os erros dos outros, antes de tornar mais impossível a vida nas escolas?

Naquele espaço insular, entretanto, temos ainda a chamada avaliação extraordinária,

através de uma ponderação curricular (contabilizando habilitações, formação e cargos), que foi criada para validar o polémico Bom administrativo, atribuído pelo Governo Regional em 2008, que deixou os docentes sem progressão até final de 2010. E já deixou indicadores preocupantes.

Por única responsabilidade e opção da tutela regional, essa simples validação do Bom foi transformada numa complexa avaliação retroactiva, como se fosse um modelo de avaliação, sem negociar com os sindicatos, gerando uma série de desigualdades e injustiças

Apesar de ter avaliado o currículo apenas, essa avaliação extraordinária gerou inquietação nas escolas (a atribuição de outras menções, além do Bom previsto e atribuído administrativamente há três anos, adicionou conflitos entre pares).

Quando for hora de avaliar o desempenho pedagógico dos docentes, o elemento mais complexo e difícil de escrutinar, os docentes na Região podem calcular as injustiças e conflitualidade que serão geradas. ●



## Açores Uma carreira com acesso ao topo aos 34 anos é uma miragem!

CLARA TORRES (Vice Presidente do SPRA. Membro do SN da FENPROF)

**A proposta de Decreto Legislativo Regional que altera a carreira docente, apresentada pela Secretaria Regional de Educação e Educação (SREF), preconiza que o acesso ao topo da carreira (índice 370) deverá ser atingido aos 34 anos de serviço docente.**

**C**ontudo, nem sempre o que é aparente e claro é aquilo que parece! Senão, vejamos! É também na mesma proposta que se impõe que, ao transitar da actual carreira para a nova estrutura, os docentes transitem para o escalão e índice a que corresponda montante pecuniário de remuneração base idêntico ao que actualmente auferem e que permaneçam no escalão para o qual transitam um período mínimo de serviço docente correspondente ao da duração do escalão em que se encontravam integrados antes da respectiva transição.

Com estas normas, dois princípios fundamentais estão a ser violados, o da contagem de tempo de serviço e o tempo de permanência no escalão para o qual o docente vai transitar, a fim de que o desiderato que a própria SREF preconiza seja cumprido, ou seja, o acesso ao topo da carreira aos 34 anos de serviço.

Ao serem aplicadas as normas transitórias, impostas pelas SREF, verificamos que a esmagadora maioria dos Professores e Educadores, na Região Autónoma dos Açores, chega ao topo da sua carreira ao fim de 38 anos de tempo de serviço.

Como o Sindicato dos Professores da Região Açores sempre defendeu, é inaceitável que: i) os docentes atinjam o escalão do topo da carreira com mais do que 34 anos de serviço; ii) os docentes integrados na carreira com mais tempo de serviço sejam ultrapassados por docentes com menos tempo de serviço.

**Para o SPRA, o tempo de serviço não se negocia, contabiliza-se!**

O SPRA continuará, com a mesma determinação, a sua luta pela dignificação e valorização da profissão docente! ●



**NO ALVO**

**Professores derrotarão o M.E. na batalha da avaliação!**

O Ministério da Educação pretende, à força, impor o que não tem aplicação, nem serve para nada: o actual modelo de avaliação. Primeiro, ameaçou com processos disciplinares os directores que não garantissem a aplicação e o desenvolvimento do modelo, agora demite de funções na DREC um professor que, na escola em que também exerce funções, subscreveu uma posição crítica desse mesmo modelo de avaliação.

Esta situação merece, da FENPROF, três comentários:

**1.** O actual regime de avaliação de desempenho, dado o impacto negativo que tem nas escolas e no desempenho dos docentes, deverá ser suspenso, iniciando-se, desde já, a negociação de um modelo alternativo. No momento em que a carreira docente foi congelada, os salários reduzidos e o concurso suspenso não há qualquer razão que justifique a manutenção de um modelo que não é formativo e apenas servia esses fins;

**2.** Em vez de, à força, tentar impor o modelo de avaliação, deveriam os responsáveis do ME dar atenção às tomadas de posição que, aos poucos, as escolas estão a aprovar, exigindo a suspensão e substituição desta avaliação;

**3.** É lamentável que, na administração educativa regional, o principal requisito para o exercício de funções continue a ser político e não a competência para o cargo, como confirma esta situação que não é inédita.

Independentemente do que fizer o ME, os professores derrotarão esta avaliação de desempenho porque, como sempre acontece, a razão sobrepõe-se à força. A razão, mais uma vez, está do lado dos professores e educadores que já no sábado, dia 12, irão encher o Campo Pequeno exigindo, entre outros aspectos, o fim deste modelo de avaliação. ●

O Secretariado Nacional da FENPROF  
9/03/2011

## A história repete-se: Escolas profissionais com salários em atraso

**P**rofessores e formadores de escolas profissionais financiadas pelo POPH estão com dois meses de salários em atraso (Janeiro e Fevereiro). Infelizmente, esta tem sido uma situação recorrente nesta altura do ano, há já vários anos consecutivos, em grande parte devido a um financiamento insuficiente e completamente desajustado ao normal funcionamento destas escolas e aos sucessivos atrasos no envio e reembolso das verbas por parte das estruturas do POPH às mesmas.

Esta é uma das consequências de regras de financiamento que não se coadunam com os objectivos dos projectos educativos de ciclos de formação trienais a que estas escolas estão obrigadas, estando, por isso, muitas delas em situação de verdadeiro estrangulamento. Por outro lado, é inadmissível que, actualmente, com vinte e um anos de existência, muitas destas escolas continuem, periodicamente, sem dinheiro

para pagar aos professores e formadores, com os quais têm, inevitavelmente, compromissos permanentes.

Apesar de termos vindo a denunciar este e outros problemas junto das instâncias governativas (Ministério da Educação e Ministério do Trabalho), insistentemente, há já vários anos, e de solicitarmos que se repensasse, com urgência, um novo enquadramento legal para o financiamento das escolas profissionais, a verdade é que, por incompetência ou falta de vontade política, nada se alterou até ao momento.

Tendo como preocupação central os direitos e interesses dos professores e formadores destas escolas e por ser inadmissível que este tipo de situação (salários em atraso) continue a ocorrer, a FENPROF solicitou à Comissão Directiva do POPH que regularizasse a situação o mais rapidamente possível, tendo, também, pedido

uma reunião, com carácter de urgência, à Ministra da Educação, a fim de ser discutido um outro modelo de financiamento para estas escolas. | Anabela Sotaia ●





# Semana de Acção Global pela Educação e Objectivos do Milénio

HENRIQUE BORGES (Membro do Secretariado Nacional da FENPROF)



alcançar a educação primária universal; promover a igualdade do género e autonomização da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; e desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

No nosso país, os principais meios de comunicação pouco destaque têm dado à campanha dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Como escreve Carla Baptista, docente na FCSH-UNL e investigadora no CIMJ, no número de Março de 2011 do *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), “os ODM são uma mensagem pouco atractiva (...). A ausência de rostos que os personalizem e

o carácter episódico das iniciativas internacionais que os promovem introduzem uma aridez pouco compatível com os valores da notícia mais convocados pelos jornalistas, como a actualidade e o conflito.”

## Objectivos centrais

De entre os oito objectivos estabelecidos, o segundo – alcançar a educação primária universal – e o terceiro – promover a igualdade do género e autonomização da mulher – têm sido aqueles a quem é dada menos cobertura na comunicação social. Tal facto deve constituir para nós, professores e educadores, um motivo acrescido para o envolvimento na Semana de Acção Global pela Educação (SAGE), que se tem vindo a realizar todos os anos e que pretende chamar a atenção da comunidade educativa, dos políticos, dos meios de comunicação e do público em geral sobre a situação actual da Educação a nível global e, ao mesmo tempo, para apelar aos governos que cumpram os compromissos políticos assumidos no sentido de se atingir o ensino primário universal e os restantes objectivos de Educação para Todos e Todas até 2015.

A SAGE, que em 2011 se realiza entre os dias 2 e 8 de Maio, propicia uma oportuni-

de para o exercício de uma cidadania mais activa e para se estimular o diálogo entre os membros da comunidade educativa e os representantes políticos sobre o direito à educação e as medidas tomadas para se garantir o acesso universal à educação.

O tema de Semana de Acção de 2011, determinado pelo Secretariado Internacional após consulta a todas as coligações que fazem parte da Campanha Global pela Educação (CGE) é “Educação para Raparigas e Mulheres”. De forma a promover uma reflexão construída sobre os temas desta Campanha, e de forma a preparar a Semana de Acção, a CGE propôs algumas actividades, adaptadas aos diferentes níveis de ensino/faixas etárias, para serem desenvolvidas ao longo do ano.

Para a Semana de Acção é proposta uma actividade simbólica, comum para todas as idades e partilhada por todos os países que participam nesta iniciativa. Este ano, a CGE propõe uma actividade adicional destinada a alunos do 2º e 3º Ciclos e do Ensino Secundário, “Ser político à tua medida”, a realizar antes da Semana de Acção, sendo para o efeito disponibilizados electronicamente diversos materiais (Manual de Actividades - com propostas didácticas adaptadas a todos os níveis de ensino, Manual de Acção “Ser político à tua medida” - com proposta didáctica e medidas para agir e Guia para a Semana de Acção - com proposta de acção e o Manifesto) que podem ser descarregados no sítio de internet da Campanha - [www.educacaoparatodos.org](http://www.educacaoparatodos.org).

## Inscrições

Os estabelecimentos de ensino e outras instituições interessadas em realizar actividades propostas pela Campanha e em participar na Semana de Acção devem preencher e enviar o formulário de pré-inscrição para validarem a sua participação.

O formulário de inscrição, a realizar até ao final do corrente mês de Março, será disponibilizado por correio electrónico e poderá ser descarregado no sítio de internet da Campanha.

Para qualquer esclarecimento adicional visitem [www.educacaoparatodos.org](http://www.educacaoparatodos.org) ou contactem o Secretariado Nacional: Email: [info@educacaoparatodos.org](mailto:info@educacaoparatodos.org) Telefone: 21 7541622 / 25

**Em Setembro de 2000, os dirigentes dos 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas, reunidos em Dakar, capital do Senegal, adoptaram a Declaração do Milénio, comprometendo-se a atingir um conjunto de objectivos, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).**

Os ODM deveriam guiar os esforços colectivos dos países nos próximos anos, no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável, reafirmando a sua obrigação para com “todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e, em particular, as crianças do mundo a quem pertence o futuro.”

São Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: erradicar a pobreza extrema e a fome;

## Itinerários temáticos para estudantes

ora aí está uma excelente iniciativa que não pode passar despercebida às escolas. As da Grande Lisboa estão mais perto, mas o projecto interessa a todas. Numa rota pedonal, a CM da capital organiza, de segunda a sexta-feira, Itinerários que visam dar a conhecer aos alunos (do 1º ao 3º ciclos e secundário) factos históricos, locais, monumentos, museus e exposições existentes no município. Aqui deixamos apenas alguns exemplos:

**Lisboa Medieval** – Uma viagem no tempo para descobrir a Lisboa Medieval, cujos traços são ainda hoje uma das características mais típicas da cidade.

**Lisboa Pombalina** – O grande terramoto



de 1 de Novembro de 1755 forneceu o pretexto para uma obra geral de urbanização entre rio Tejo e o Rossio, tornando a Baixa Pombalina num marco do urbanismo português.

**Lisboa de Eça de Queiroz** – O percurso que se inicia na Rua da Escola Politécnica e termina no Largo Barão de Quintela dá a conhecer alguns locais na cidade onde o escritor passou grande parte dos seus dias aquando da sua passagem pela capital.

**Lisboa de José Cardoso Pires** – Foi na zona de Arroios que o autor teve as suas primeiras

vivências na capital, que se iriam reflectir em muitas das suas obras. Da escola da sua infância aos locais de inspiração boémia, a visita percorre as ruas entre o Largo do Leão e a Alameda D. Afonso Henriques.

**Lisboa de Luís de Camões** – O objectivo do percurso é dar a conhecer os lugares da cidade ligados à vida social e boémia do poeta português, fazendo a ligação com a sua obra literária. Tem início no Largo Camões e termina no Pátio do Tronco.

**Lisboa do 25 de Abril** – A revolução ocorreu um pouco por todo o país, mas é na capital que se dá a verdadeira transição do poder. A visita começa no Terreiro do Paço e termina no Largo do Carmo. ●

**INFO** [itematicoslisboa.blogspot.com](http://itematicoslisboa.blogspot.com)  
Informações úteis: 218 170 600  
[itinerarios.tematicos.estudantes@cm-lisboa.pt](mailto:itinerarios.tematicos.estudantes@cm-lisboa.pt)

## EXPOSIÇÃO

### “Livre Circulação”: obras da Fundação de Serralves em Algés

A Colecção de Serralves está na Grande Lisboa. Local: Palácio dos Anjos, em Algés. Em foco estão obras de autores nacionais e estrangeiros que fazem o espectador pensar a mobilidade e circulação, o familiar e o exótico. Até finais de Junho, no Centro de Arte Manuel de Brito. A Fundação de Serralves continua a sua política de itinerância. A colecção, que abrange um período que vai desde os finais da década de 60 até aos nossos dias, viaja frequentemente pelo país em exposições temáticas, muitas vezes comissariadas pelo seu director João Fernandes. Agora, fica a oportunidade única para ver a produção de artistas fundamentais das últimas quatro décadas. Adrian Schiess, Alberto Carneiro, António Sena, Anna Bella Geiger, Bruce Nauman, Eberhard Havekost, Dennis Oppenheim, Gerhard Richter, Helena Almeida, Joseph Beuys, José Pedro Croft, João Tabarra, Júlio Pomar, Richard Artschwager, são alguns dos artistas representados no certame. A não perder! Até **30 de Junho**, de terça-feira a domingo, das 11h30 às 18h00. ●

**INFO** <http://camb.cm-oeiras.pt>



Juliano Sarmiento, um dos artistas representados na exposição

## ENCONTROS

### Bibliotecas: desafios na sociedade actual

A fim de oferecer aos professores bibliotecários da região centro formação em contexto, a coordenação interconcelhia da Rede de Bibliotecas Escolares organiza o “Encontro(s) - Bibliotecas: desafios na sociedade actual”, em colaboração com as câmaras municipais de Coimbra, Arganil, Soure, Pombal, Miranda do Corvo, Condeixa, Penela, Mealhada, Carregal do Sal, Tondela e Tábua e respectivos centros de formação. Os eventos (conferências e workshops) decorrem até **5 de Maio**. ●

**INFO** Rede de Bibliotecas Escolares  
[www.rbe.min-edu.pt](http://www.rbe.min-edu.pt)

## CONCURSO LITERÁRIO

### “Prémio Branquinho da Fonseca”

Incentivar o aparecimento de jovens escritores de literatura infantil e juvenil é o principal objectivo do concurso “Prémio Branquinho da Fonseca”, iniciativa conjunta da Fundação Gulbenkian e do Jornal Expresso, aberto a jovens entre os 15 e os 30 anos. O prazo de candidatura decorre até **31 de Maio**. Esta iniciativa, que homenageia o escritor e primeiro director do Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, vai já na sua 6.ª edição. O prémio é atribuído em duas modalidades: obras de literatura para infância e obras de literatura para a juventude. ●

